

COLÉGIO ESTADUAL PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY
Ensino Fundamental, Médio e Profissional

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PONTA GROSSA
2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
FUNDAMENTOS LEGAIS DO PPP	6
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	7
DADOS GERAIS	7
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	7
OFERTA DE ENSINO 2013	7
TURNOS DE FUNCIONAMENTO	8
NÚMERO DE TURMAS EM 2013	8
QUANTITATIVO DO CORPO DISCENTE	8
QUANTITATIVO TOTAL DO CORPO DOCENTE, DISCENTE, QUANTITATIVO DA EQUIPE DOS FUNCIONÁRIOS QUE ATUAM NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E OPERAÇÃO DE MULTIMEIOS ESCOLARES, DOS FUNCIONÁRIOS QUE ATUAM NAS ÁREAS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E INTERAÇÃO COM O EDUCANDO POR TURNO EM 2013	8
HISTÓRIO DO ESTABELECIMENTO	9
DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS E DOS RECURSOS MATERIAIS EXISTENTES	12
ESPAÇOS FÍSICO	12
INFRA-ESTRUTURA	12
RELAÇÃO DE AMBIENTES	13
RECURSOS MATERIAIS PARA FINS PEDAGÓGICOS	14
ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA.....	15
INSTÂNCIAS COLEGIADAS	15
CONSELHO ESCOLAR	15

APMF	15
GRÊMIO ESTUDANTIL	15
EQUIPE DIRETIVA	16
DIREÇÃO	16
EQUIPE PEDAGÓGICA	18
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	20
ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	23
COORDENAÇÃO DE CURSO E DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	23
COORDENAÇÃO DE CURSO	24
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO	24
CORPO DOCENTE	25
PROFESSORES DOCENTES	25
PROFESSOR LABORATORISTA	27
EQUIPE DE APOIO	28
DA EQUIPE DOS FUNCIONÁRIOS QUE ATUAM NAS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E OPERAÇÃO DE MÚLTIPLOS ESCOLARES, DOS FUNCIONÁRIOS QUE ATUAM NAS ÁREAS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E INTERAÇÃO COM O EDUCANDO	28
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
FILOSOFIA EDUCACIONAL	29
PRINCÍPIOS NORTEADORES	30
OBJETIVOS GERAIS	30
DIRETRIZES DE AÇÃO DO ESTABELECIMENTO	32

MARCO SITUACIONAL/DIAGNÓSTICO	32
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	35
SALA DE APOIO	35
SALA DE RECURSOS	36
CELEM	37
DADOS DO IDEB	37
QUADRO DEMONSTRATIVO DE MATRÍCULAS, APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR EM 2011 E 2012	38
 MARCO CONCEITUAL	 43
CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA	43
CONCEPÇÃO DE ADOLESCÊNCIA	43
CONCEPÇÃO DE HOMEM	44
CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	45
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO/ESCOLA	45
CONCEPÇÃO DE CULTURA	46
CONCEPÇÃO DE TRABALHO	47
CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA	47
CONCEPÇÃO DE CIDADANIA	48
CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO	49
CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E O PAPEL DO PROFESSOR.....	50
CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	51
CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	51
CONCEPÇÃO DE LETRAMENTO	52
CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	53
 MARCO OPERACIONAL/PROPOSIÇÕES DE AÇÕES	 54
FORMA DE GESTÃO	54
ESTRATÉGIAS E/OU AÇÕES PARA ARTICULAÇÃO COM AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE.....	54

ACÇÕES RELATIVAS A AVALIAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS	55
HORA ATIVIDADE	58
CONSELHO DE CLASSE	58
LABORATÓRIO DE QUÍMICA, FÍSICA, BIOLOGIA E ALIMENTOS	59
ESPECIFICAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E POLÍTICO EDUCACIONAL	60
ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA. CONTEÚDO DE HISTÓRIA DO PARANÁ. O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	61
DEFINIÇÃO DE COMO A ESCOLA CONTEMPLARÁ A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	63
DEFINIÇÃO DE COMO A ESCOLA CONTEMPLARÁ A MÚSICA	63
DEFINIÇÃO DE COMO A ESCOLA CONTEMPLARÁ A PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS, SEXUALIDADE HUMANA, A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	64
DEFINIÇÃO DE COMO A ESCOLA CONTEMPLARÁ A EDUCAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA	64
DEFINIÇÃO DE COMO A ESCOLA CONTEMPLARÁ A BRIGADA ESCOLAR	65
ESPECIFICAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS	66
ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES QUE ENVOLVAM OUTRAS INSTITUIÇÕES	67
DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA E PARA AVALIAÇÃO GERAL DO DESEMPENHO DOS DOCENTES, DIREÇÃO, PEDAGOGOS E FUNCIONÁRIOS.....	68
REGIMENTO ESCOLAR E REGULAMENTO INTERNO DO COLÉGIO.....	69
PROJETOS ANUAIS	69
PROJETOS PARCERIAS	71
RELAÇÃO DOS ATOS LEGAIS DOS CURSOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO	72
REFERÊNCIAS	74
ANEXOS.....	76

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é o documento base do Estabelecimento de Ensino, nele estão norteadas as linhas de ações do trabalho escolar, cujo objetivo primordial é a melhoria da qualidade da educação, buscando deixar claras as linhas filosóficas, as concepções de homem, sociedade, educação/escola, processo ensino-aprendizagem e o papel do professor, cultura, currículo, conhecimento, tecnologia, avaliação, formação continuada, infância e adolescência, trabalho, gestão democrática cidadania. É através dessas concepções que se busca uma gestão democrática onde sejam elencados conteúdos historicamente construídos e de total relevância que contribuam para a formação do cidadão democrático, preparado para o exercício da cidadania, possuidor de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuante na sociedade.

Para que o Projeto Político Pedagógico possa ser colocado em prática é necessário que seja transparente, participativo, democrático, intencional e dinâmico. Em outras palavras, Picoli (2007) afirma que “ele precisa ser conhecido, discutido, reformulado, sempre em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes, o período histórico vivido, as manifestações culturais presentes na comunidade, e principalmente os conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade, sem perder de vista a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro – na instituição escolar, mas que é reflexo da realidade globalizada”.

Considerando-se o exposto acima fundamentamos o PPP na construção e diversidade, compreendendo a historicidade como conceito fundamental, pois é a mesma que determina os avanços e retrocessos do processo educacional. Sendo que o foco do processo educacional é a aprendizagem significativa que tem sentido para o aluno num contexto globalizado, e que oportuniza o crescimento pessoal, formação de cidadãos conscientes, responsáveis, atuantes e críticos.

FUNDAMENTOS LEGAIS DO P.P.P.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteará as ações educativas deste estabelecimento de ensino e encontra-se amparado na Constituição Federal de 1988 através da Declaração dos Direitos à Educação onde aparece no artigo 6º. “São direitos sociais a educação, [...] e que afirma, especifica e detalha nos artigos 205, 206 e 208 estes Direitos. O PPP encontra-se amparado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu artigo 12, inciso I, prevê: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, deixando explícita a idéia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa”. Sendo assim fica claro que o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado num processo participativo, dinâmico buscando a cada ano a melhoria das ações educativas, visto que é ele quem norteia o processo educativo no ano letivo.

O estado do Paraná, através do Conselho Estadual de Educação regulamenta o PPP em consonância com a Deliberação 16/99, que nos artigos 4º e 5º esclarece sobre a importância da participação da comunidade escolar nos órgãos de gestão, e no artigo 6º destaca que “a gestão escolar, da escola pública, como decorrência do princípio constitucional de democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de direção um colegiado.”

No Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8069/90, no Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, em seu artigo 53, Parágrafo Único deixa claro a importância e o direito dos pais ou responsáveis em estar ciente do processo pedagógico, bem como participar das propostas educacionais. A nosso ver este é um dos desafios da escola: a busca da participação efetiva de toda comunidade escolar não só na elaboração, mas também na implementação do Projeto Político Pedagógico. “Assim sendo, o PPP passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão.”

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Dados Gerais

Endereço: Rua Andrade Neves 124, Vila Morumbi

Bairro: Uvaranas CEP: 84031-150 Município: Ponta Grossa

Fone: (42)3226-4665, 3226-8220, 3226-2544 e 3235-0758

SITE: www.pgojoaoduvernay.seed.pr.gov.br

e-mail: pgojoaoduvernay@seed.pr.gov.br

Núcleo Regional de Educação: Ponta Grossa

Código do Estabelecimento: 00017

Dependência Administrativa: Governo do Estado do Paraná

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Regime de Tempo Escolar: Anual e seriado no Ensino Fundamental, Ensino Técnico Integrado e Ensino Médio por Blocos, Ensino Técnico Subsequente Semestral e Seriado.

Organização Curricular: Por disciplinas

Oferta de Ensino 2013:

FUNDAMENTAL	6º ano ao 9ºano
MÉDIO POR BLOCOS	1ª a 3ª séries
PROFISSIONAL INTEGRADO	TÉCNICO EM QUÍMICA – 1ª a 4ª séries TÉCNICO EM ALIMENTOS – 1ª a 4ª séries
SUBSEQUENTE	TÉCNICO EM QUÍMICA – 1ª a 4ª séries/semestre TÉCNICO EM ALIMENTOS – 1ª a 3ª séries/semestre

Turnos de Funcionamento:

MANHÃ	Ensino Fundamental, Médio por Blocos e Profissional Integrado
TARDE	Ensino Fundamental
NOITE	Ensino Médio por Blocos e Profissional Subsequente

Número de Turmas em 2013:

MANHÃ	20 turmas
TARDE	20 turmas
NOITE	13 turmas

Quantitativo total do Corpo Docente

MANHÃ	597
TARDE	684
NOITE	330

Quantitativo total do corpo docente, discente, Quantitativo da Equipe dos Funcionários que atuam nas Áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares, dos Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando por turno em 2013:

2013:

Nº Total de Professores	Nº Total de alunos	Nº Total Funcionários de Manutenção de Infraestrutura Escolar	Nº Total de Funcionários da Administração Escolar
92	1.611	16	09

HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

No dia 15 de março de 1985, foi feita a abertura do livro "Histórico do Colégio Borell", pela professora Kazuko Inoue e professor Nilton Sérgio Salles Rosa, respectivamente, diretora e vice-diretor do estabelecimento nesta data.

De acordo com a abertura do livro, este foi inaugurado para que se registrassem as realizações atuais, bem como a história do colégio e os acontecimentos que ainda viriam. Na sua primeira página há o registro do início das atividades educativas do colégio.

O Colégio Borell, como é mais conhecido na comunidade, foi implantado com recursos do "Planejamento Educacional Integrado", com coordenação do Projeto Premen (acordo MEC-USAID). Iniciou suas atividades em 1978 através do parecer nº076 do Conselho Estadual de Educação, com os cursos de Agro Pecuária, Mecânica, Administração e Química.

O nome do colégio é uma homenagem ao senhor João Ricardo Von Borell du Vernay, era filho de Waldemar Von Borell du Vernay, nasceu no Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1907 e faleceu em 8 de dezembro de 1975.

Fez seu curso de Humanidades no Colégio Diocesano São José no Rio Comprido, dirigido pelos Irmãos Maristas, realizou o curso de Agronomia no antigo instituto Zootécnico de Pinheiros-RJ. Foi aluno fundador da Faculdade de Filosofia do Paraná no curso de Ciências Políticas e Sociais. Coursou Administração Pública Superior na Fundação Getúlio Vargas.

Tornou-se Cidadão Pontagrossense em 23/11/1960, pela Lei Municipal nº 1239, título que honrou sobre maneira com constante trabalho em favor da terra que o abrigou como digno filho, foi personagem importante para a comunidade pontagrossense, bem como para a comunidade educacional, tendo entre outras atividades significativas o cargo de Chefe da 6ª Inspetoria Estadual de Ensino.

Foi fundador de diversas entidades nesta cidade entre as quais o Instituto Pontagrossense de Educação de Jovens, Lions Club Centro, Lions Club Vila Velha, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Foi secretário da Fazenda Experimental de Criação, Secretário da extinta Comissão de Estradas de Rodagem nº

1, Secretário Municipal, membro do Conselho Estadual de Educação, Professor do Colégio Regente Feijó, Colégio Agrícola Augusto Ribas, Secretário da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa.

Em 1970, em mercê dos inúmeros serviços prestados ao Exército Nacional, recebeu a Medalha do Pacificador.

Para as tendências educacionais da época, o Colégio começou a funcionar com o uso intensivo de recursos, laboratórios, salas ambientes, biblioteca, portanto esperando uma participação mais efetiva do estudante.

Em 1980 passou a fazer parte dos Estabelecimentos de Médio Porte e por determinação da Secretaria de Estado da Educação Departamento De Ensino de 1º grau iniciou o atendimento para alunos de 5ª a 8ª séries do 1º grau, integrando o Complexo Tuiuti do município de Ponta Grossa.

Em 1981 foram colocados em funcionamento os cursos de Técnico em Química, Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas e Magistério. Ainda em 1981 inicia a execução do Projeto Centro de Excelência em Química.

Em 1982, com a implantação de Lei 5692/71 o Colégio passa a denominar-se Colégio Estadual Prof. João Ricardo Von Borell Du Vernay - Ensino de 1º e 2º Graus.

Atualmente o Colégio conta com Ensino Fundamental (6º a 9º anos), Ensino Médio Blocos (1ª a 3ª séries), Curso Técnico na área de Química ofertado nas modalidades Integrado (1ª a 4ª séries) e Subsequente na forma semestral (1º a 4º semestres) e Curso Técnico na área de Alimentos ofertado nas modalidades Integrado (1ª a 4ª séries) e Subsequente na forma semestral (1º a 3º semestres).

Os alunos do Colégio são oriundos em sua maioria de núcleos habitacionais das redondezas e também de comunidades de baixa renda. Cerca de 70% pertencem às camadas populares.

O Colégio conta ainda com muitos projetos educativos sendo que um dos mais tradicionais é o Projeto Talentos Borell uma adaptação do Projeto Pequeno Artista que existia no estabelecimento desde os anos 80.

Foram diretores do Colégio os professores e professoras: Niredes Chornobai (1978-1982), Kazuko Inoue (1983-1987), Nilton Salles Rosa (1988-1989), Maria de Lourdes Campanholi (1990-1994), Sérgio Geraldo Carbonar (1995-1995), Margarete

Munhoz (1996-1997), Luiz Alberto Guimarães (1998-2000 e 2004-2008), Cilmara Paiva (2000-2001), Vitória Batista (2002-2003), Julio Cezar Klaczek (2002-2003).

Atualmente exercem a direção do Colégio o professor Lourival Nascimento e Silva tendo como diretores auxiliares o professor Arilei Albach e a professora Maria de Lourdes de Almeida da Silveira, gestão esta, iniciada em 2009.

DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS E DOS RECURSOS MATERIAIS EXISTENTES

Espaços físicos

DADOS DA ARQUITETURA

Ano de Construção: 1978
Quantidade de Blocos: 05
Projeto: Rodrigo Alves de Novaes – CREA – PR - 32.643-D
Construída: 4.620,16 m ²
Terreno: 40.141,91 m ²
Proteção de Cerca: 50 % muro 50% tela

Infraestrutura

Acesso para deficiente	Sim
Banheiro para Deficiente	Não
Calçada de Passeio	Sim
Meio-fio	Sim
Estacionamento interno	Sim
Estacionamento externo	Sim
Para-raio	Sim
Cisterna	Sim
Reservatório de Água	Sim
Central GLP	Não
Uso Adequado para Central GLP	Não
Rede Telefônica	Sim
Tipo de Rede de Esgoto	Rede Pública (SANEPAR)

Tipo de Abastecimento de Água	Rede Pública (SANEPAR)
Tipo de Entrada de Energia	Rede Trifásica – 200A
Distância do Ponto de Transporte Coletivo	Frente ao Colégio
Tipo de Via de Acesso	Asfalto
Situação do Equipamento de Incêndio	Existe

Relação de ambientes

Salas de Aula	20 Salas de Aula
Biblioteca	01
Sala adaptada	01 sala de recursos 01 para sala de aula
Banheiros dos Alunos	02 (Masc.) e 02 (Fem.), com várias repartições internas
Banheiros dos Funcionários	01 (Masc.) e 01 (Fem.) – Vestiários adaptados
Refeitório	01
Almoxarifado	01
Sala para Pedagogos	01
Sala para Coordenação de Cursos	01
Sala da Direção	01
Sala dos Professores	01
Salão	01
Secretaria	01
Cantina	01
Casa do Permissionário	01
Quadra de Esportes	01 coberta e 02 descobertas
Laboratório de Alimentos	01
Laboratório de Informática	02 - 01 (Paraná Digital) e 01 (Proinfo)
Laboratório de Química e Ciências Biológicas	01
Cozinha	01

Depósito de Material	01
Depósito de Merenda	01
Depósito Material de Limpeza	02
Pátio Coberto	01

Recursos materiais para fins pedagógicos

19	Televisores Pendrive
20	Computadores Paraná Digital
09	Computadores Proinfo
03	Aparelhos de DVD
04	Aparelhos de som
01	Vídeo cassete
01	Projeter de Slides
03	Notebook
03	Aparelho multimídia
03	Televisores coloridos

ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA

Instâncias Colegiadas:

- **Conselho Escolar**

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED. É composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o (a) diretor (a) escolar. Tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino.

- **APMF**

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento e ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída a cada dois anos, para auxiliar a Direção escolar na promoção de atividades administrativas pedagógicas e sociais da escola, arrecadar e gerir recursos para complementar gastos com o ensino e manutenção do espaço físico.

- **Grêmio Estudantil**

É o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos,

incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros. Constituído através de eleição a cada dois anos.

Equipe Diretiva

- **Direção**

É composta pelo diretor e 02 (dois) diretores auxiliar, escolhidos democraticamente pelos componentes da comunidade escolar através de eleição direta.

Tem como função assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento do ensino, cumprindo e fazendo cumprir a legislação em vigor.

Além de responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse deverá coordenar:

- A elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;
- A qualificação permanente dos profissionais da educação;
- A elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino, em observância as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;
- A construção coletiva do Regimento escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à aprovação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para a devida aprovação;
- A organização do horário adequado para a realização da prática Profissional Supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profucionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da Pratica Profissional Supervisionada, conforme orientação da Secretaria Estadual de Educação, contida no Plano de Curso;

- E solicitar ao Núcleo Regional de Educação suprimento e cancelamento da demanda de funcionários e professores deste estabelecimento de ensino, observando as instruções emanadas da Secretaria estadual de educação;
- E supervisionar a cantina comercial e o preparo da merenda escolar, cumprindo as normas estabelecidas na legislação vigente relativamente às exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;
- E cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;
- E definir o horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;
- E assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC-FNDE.

Deverá também convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente, quanto a:

- Elaboração dos planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade;
- Consultas e prestação de contas dos recursos recebidos, para serem submetidos à aprovação e coloca-los em Edital Público, garantindo com isto, o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;
- Elaboração do calendário escolar, de acordo com as orientações da Secretaria Estadual de Educação e encaminhamento ao Núcleo Regional de Educação para homologação;
- Elaboração dos Regulamentos Internos;
- Articulação de processos de integração da escola com a comunidade;
- Encaminhamento aos órgãos competentes das propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias;

Quanto à parte pedagógica a Equipe de Direção deverá:

- Acompanhar o trabalho docente referente às reposições de horas-aula aos discentes, assegurando o cumprimento dos dias letivos, hora-aula e horas-atividades, promovendo grupos de trabalho e estudos ou comissões

encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;

- Propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamentos de cursos;
- Presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;
- Participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos neste Projeto Político Pedagógico, juntamente com a comunidade escolar;
- Disponibilizar espaço físico adequado da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;
- Orientar e cooperar juntamente com os Coordenadores de Curso e Supervisores de Estágios no cumprimento das determinações exigidas para o Curso Técnico;
- Assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e família, primando pelo relacionamento cooperativo de trabalho e promovendo um ambiente colaborativo.

- **Equipe Pedagógica**

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas neste Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

É composta por professores graduados em Pedagogia, que além de acompanhar e auxiliar a Equipe de Direção quanto à parte pedagógica tem também como função:

- Orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docentes junto ao coletivo de professores;
- Promover e coordenar reuniões pedagógicas, grupos de estudos e elaboração de projetos de formação continuada, troca de experiências, debates e oficinas pedagógicas para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- Coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, assim como participar da organização pedagógica da biblioteca buscando incentivar o hábito à leitura.
- Organizar a hora-atividade dos professores de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja efetivo trabalho pedagógico;
- Proceder a análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;
- Colaborar e coordenar com a direção o processo de distribuição de aulas, conforme os critérios legais, didático-pedagógicos e as orientações da Secretaria de Estado da Educação;
- Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;
- Orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;
- Acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas neste estabelecimento de ensino;
- Orientar, acompanhar e visitar periodicamente os Livros de Registro de Classe;
- Organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno, bem como da prática pedagógica dos profissionais deste estabelecimento de ensino;

- Solicitar autorização dos pais ou responsáveis para a realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais, coordenando e acompanhando este processo para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;
 - Acompanhar os aspectos de socialização e aprendizagem dos alunos, a frequência escolar, realizando contato com a família, encaminhando aos órgãos competentes, acionando serviços de proteção à criança e ao adolescente, quando necessário, com o intuito de promover ações para o desenvolvimento integral do educando;
 - Manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular.
 - Mediar e acompanhar o atendimento dos alunos em atividade domiciliar e aqueles inseridos no Sistema Sareh (Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar).
-
- **Estágio Supervisionado Obrigatório**

A formação técnica nos Cursos de Alimentos e Química Integrado e Subsequente compreende o processo de produção e utiliza as diferentes linguagens de expressão e comunicação, de forma a intervir na realidade do trabalho, nas relações sociais amplas, com autonomia intelectual e moral, para o agir crítico e transformador.

O Estágio Profissional Supervisionado compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural pela participação em situações reais da vida e trabalho, de desenvolvimento de projetos e de execução de trabalhos práticos, que aprimorem suas habilidades. As atividades do Estágio Supervisionado

fazem da estrutura curricular dos Cursos Técnico em Alimentos e Técnico em Química, sendo o cumprimento de sua carga horária mínima é condição obrigatória para obtenção do Diploma de Técnico.

A integração entre a teoria e a prática é de importância fundamental à formação do profissional. Além das aulas teóricas e práticas propostas para a formação do futuro técnico, é necessária a convivência com situações relacionadas ao cotidiano do trabalho. Assim, o aluno (a) terá a oportunidade de confrontar os desafios associados ao exercício da profissão com sua formação.

O conhecimento trabalhado nas disciplinas teóricas deve emanar dos problemas práticos vivenciados pelos alunos e que são parte dos problemas do cotidiano da profissão. Desta forma, a questão da relação teoria/prática será unificada. A reflexão teórica, que tem como ponto de partida a realidade, deve retornar a ela com intenção de transformá-la.

O estágio deve resultar da relação dinâmica entre teoria e prática já existente durante o curso e que se configura como uma experiência pré-profissional. Devendo propiciar tanto a competência técnico-científica, quanto à compreensão das implicações de seu trabalho no contexto das relações sociais.

O estágio deve constituir-se em um momento de inserção, oportunizando desta forma um questionamento sobre a formação profissional. Este exercício proporcionará a vivência de situações que permitam a aplicação de conteúdos e avaliação do domínio dos mesmos, através da ação reflexiva, favorecendo a apropriação de aspectos ainda não totalmente dominados. O estágio poderá confrontar as condições concretas do exercício profissional com a sua formação técnica.

Para os alunos do Curso Técnico em Química Integrado o estágio deverá ser realizado obrigatoriamente ao no decorrer do terceiro e do quarto ano. No Subsequente em Química o estágio deverá ser realizado no terceiro e quarto semestre.

Para os alunos do Curso Técnico em Alimentos Integrado o estágio deverá ser realizado obrigatoriamente no decorrer do segundo e terceiro ano. No Subsequente em Alimentos o estágio deverá ser realizado no segundo e terceiro semestre.

Os estágios ocorrerão em laboratórios, na Escola, nas Universidades, órgãos Governamentais; nas indústrias e estabelecimentos comerciais que apresentam atividades ligadas e pertinentes à habilitação, cumprindo a carga horária mínima obrigatória da grade curricular de cada curso.

O Estágio Supervisionado deverá ser acompanhado pelo Coordenador de Curso e de Estágio conforme descrito neste documento e no Regimento Escolar.

A avaliação desta atividade curricular constará de um processo contínuo e cumulativo, realizado pela Coordenação de Estágio, que levará em conta:

- a) O cumprimento da carga horária mínima constante do Plano de Curso;
- b) O Relatório de estágio apresentado pelo estagiário;
- c) A avaliação do estagiário pela Instituição Concedente do Estagiário;

A avaliação final do estágio será realizada após o cumprimento de 100% da carga horária estabelecida no Plano de Curso prevista para cada semestre conforme matriz curricular. Como resultado da avaliação final, será atribuída uma nota, em escala de zero a dez, ao estágio realizado pelo aluno/aluna.

O aluno(a) será considerado aprovado se obtiver nota, no estágio, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), concomitante com o cumprimento da carga horária mínima constante no plano de curso.

- **Estágio Supervisionado Não Obrigatório**

As atividades de estágio, obrigatórias ou não, previstas e desenvolvidas nos cursos de Educação Profissional e do Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais, são consideradas curriculares, configurando-se como ato educativo e são considerados estagiários os alunos regularmente matriculados e frequentes.

O Estágio Supervisionado Não Obrigatório, desenvolvido como atividade opcional para o aluno, deverá ser registrado no Histórico Escolar do aluno ou no Relatório de Acompanhamento, quando se tratar de estudante da Educação Especial.

O Estágio Não Obrigatório não interfere na aprovação/reprovação do aluno e não é computado como componente curricular.

Para o Estágio Não Obrigatório é exigida a idade mínima de dezesseis anos. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo observada a celebração do Termo de Compromisso, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, entre a instituição de ensino, a parte concedente.

A jornada de estágio não poderá ultrapassar: quatro (4) horas diárias e vinte (20) horas semanais, no caso de estudantes de Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade Profissional de Educação de Jovens e Adultos; seis (6) horas diárias e trinta (30) horas semanais, no caso de estudantes de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

- **Coordenador de Curso e de Estágio Supervisionado**

Os Coordenadores de cursos são responsáveis em promover e coordenar, articulado à equipe pedagógica, a efetivação das atividades curriculares de acordo com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

É composta por profissionais com habilitação específica no curso e tem como atribuições:

Coordenação de Curso:

- Assessorar os docentes nas questões pedagógicas do desenvolvimento do curso;
- Promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para aperfeiçoamento constante de todo o pessoal envolvido;
- Orientar e acompanhar todo o processo de execução do plano de curso;
- Elaborar junto aos docentes, projetos inovadores, visando a aplicação dos mesmos;
- Elaborar e encaminhar à Secretaria de Estado de Educação, Plano de Curso;
- Articular com os docentes, coordenador de estágio e/ou prática profissional e equipe pedagógica da escola os encaminhamentos necessários para o bom desenvolvimento do curso;
- Mediar os objetivos da Proposta Pedagógica nos diferentes componentes curriculares com os docentes;
- Manter contato permanente com o coordenador de estágio e/ou prática de formação.

Coordenação de Estágio:

O estágio é planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação profissional dos estudantes. As atividades de estágio, obrigatórias ou não, previstas e desenvolvidas nos cursos de Educação Profissional e do Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais são considerados curriculares, configurando-se como Ato Educativo.

Objetivos propostos para formação Profissional dos Estudantes:

- Atender as exigências decorrentes da própria natureza da área do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio ou de qualificação profissional cuja carga horária é requisito para a aprovação e obtenção de diploma;
- Plano de Estágio;
- Conhecer profundamente o campo de trabalho para o qual o estágio e/ou a prática de formação serão encaminhados;

- Orientar os educandos quanto à importância da articulação dos conteúdos apreendidos e a prática pedagógica;
- Atuar como um elemento facilitador da integração das atividades previstas no estágio;
- Disponibilizar modelos de relatório para o aluno, bem como, carta de apresentação às instituições onde será realizado o estágio;
- Elaborar normas, orientar e analisar as atividades de estágio propondo políticas, em conjunto com os professores das aulas teóricas;
- Elaborar e definir o cronograma com as empresas conveniadas;
- Providenciar credencial de apresentação do estagiário para ingresso nas empresas;
- Auxiliar o aluno na determinação do local de realização das atividades de estágio e/ou prática profissional;
- Coordenar e participar das reuniões de avaliação de estágio e/ou prática profissional, emitindo conceitos de acordo com o sistema de avaliação;
- Acompanhar o cumprimento, pelo estagiário, da assiduidade, responsabilidade e compromisso com o trabalho, exigindo colaboração para a organização geral;
- Orientar e acompanhar todo o processo de execução do estágio e/ou prática profissional, conforme plano de estágio aprovado, em consonância com a programação estabelecida.

Corpo Docente

O corpo docente é constituído de professores regentes, devidamente habilitados e por professor(es) laboratorista(s).

- **Professores Docentes**

Os professores docentes são responsáveis em promover a formação humana garantindo uma educação de qualidade. Para isso, cada professor, deve elaborar seu Plano de Trabalho Docente em consonância com o Projeto Político Pedagógico e com a Proposta Pedagógica Curricular. Também deve participar do processo de escolha dos

livros didáticos que o auxiliará no desenvolvimento de atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno. Tendo claro que é de suma importância o cumprimento de sua carga horária e/ou dias letivos, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno. Para tanto os professores deverão justificar suas faltas através de atestados ou declarações médicas e de ausências para participação em curso de capacitação de acordo com a sua área, em outras instituições de ensino de acordo com a convocação do responsável pelo evento ou instituição. Quando não apresentar nenhum dos documentos citados acima o professor terá falta não justificada e deverá apresentar e executar Plano de Reposição de Aula, durante o mês vigente, não causando ônus ao aluno.

Cabe ao professor docente proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, assim como promover o processo de recuperação concomitante de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer de cada período do ano letivo, viabilizando a igualdade de condição para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno (as diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sociocultural, entre outros), no processo de ensino e aprendizagem.

O Corpo Docente, convocado pela Equipe de Direção, deverá participar do processo de Avaliação Educacional, bem como de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho, assim como de reuniões e encontros para planejamentos, encontros para acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoio Especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, quando necessário, a fim de viabilizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa.

Uma das tarefas do professor docente é propiciar aos educandos a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando o exercício consciente da cidadania, para tanto é necessário zelar pela frequência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica, manter atualizados os Registros de Classe, deixando-os disponíveis no neste estabelecimento de ensino, desempenhar o papel de representante de turma, dar cumprimento aos

preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa, zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e família, bem como manter e promover um relacionamento cooperativo de trabalho com todos os envolvidos na comunidade escolar.

Cabe à Equipe Docente, acompanhar a aplicação das Avaliações Externas, bem como incentivar o aluno da importância de sua participação neste processo, cabe ainda, utilizar-se dos resultados destes recursos para avaliação da prática docente e do processo ensino aprendizagem.

Quanto ao atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais, cabe ao professor utilizar-se de metodologias e recursos materiais e/ou tecnológicos para adaptação de conteúdos e atividades, de modo a garantir a qualidade e eficiência da aprendizagem.

Para os alunos atendidos em regime domiciliar e/ou Sistema Sareh, o professor deverá encaminhar à Equipe Pedagógica conteúdos, atividades e instrumentos avaliativos a fim de contemplar o período de afastamento dos mesmos.

- **Professor (es) Laboratorista(s)**

Ao professor laboratorista cabe elaborar, cumprir e fazer cumprir junto aos docentes, coordenador de curso e coordenador de estágio, o regulamento e normas aplicadas ao laboratório, assim como apresentar aos educandos que utilizam o laboratório, este regulamento para que tomem ciência da importância de cumprir as normas rigorosamente, para a segurança de todos os envolvidos.

O professor laboratorista deverá catalogar e manter atualizados todos os arquivos relacionados aos materiais e equipamentos, assim como organizar e limpar esses materiais, os instrumentos e equipamentos do laboratório, solicitando e encaminhando para conserto sempre que houver necessidade.

Os professores docentes devem agendar suas aulas no laboratório com antecedência, assim como o material para uso em sala de aula, para que o professor laboratorista possa organizar os materiais necessários aos experimentos para não

haver divergências na execução dos mesmos e para que haja uma integração entre teoria e prática, prestando auxílio nas atividades de ensino, de acordo com a programação do conteúdo, orientando quando necessário, professores e alunos nos recursos áudio visuais e de informática.

Equipe de Apoio

Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando

A identidade profissional é a alma que alimenta e dá vida a uma categoria específica de trabalhadores, seja pelos códigos de linguagens, seja pelos símbolos, pelos significados e pelas práticas profissionais que traduzem o sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma categoria.

Aos Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção e Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando, compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo em escolas públicas. Tradicionalmente são funções que apóiam e complementam o desenvolvimento da ação educativa intra e extraescolar.

Estes Funcionários devem estar comprometidos com a função social da escola auxiliando na formação dos alunos através das funções educativas não-docentes. Às merendeiras, a educação alimentar; aos encarregados da limpeza e manutenção, a educação ambiental; às auxiliares de bibliotecas, a educação para a cultura, aos multimeios, a educação para comunicação e tecnologias; e aos que trabalham na secretaria, a educação para a democracia, colaborando com a formação e responsabilidade dos cidadãos.

Esses serviços de apoio educacional são realizados em espaços como secretaria escolar, biblioteca, manutenção de infraestrutura, cantinas, pátio escolar, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal.

Os funcionários deste setor têm papel fundamental no funcionamento dos estabelecimentos de Ensino e sendo assim necessitam de treinamento constante e programas de governo como, por exemplo, os cursos ofertados pela Escola de Governo e outros setores da SEED, para estarem sempre se atualizando e trazendo novas idéias para melhoria de seus trabalhos dentro do ambiente escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Filosofia Educacional

A escola não é a única fonte de saber e de formação dos educandos, que adquirem conhecimentos em diversos locais e em diferentes contextos que são importantes para sua formação como indivíduo dentro de uma sociedade regida por leis, regras e condutas éticas e morais historicamente construídas e reconstruídas.

Acreditamos que a escola é responsável em propiciar aos alunos um conhecimento mais elaborado que transcenda o senso comum, organizando sistematicamente o conhecimento científico historicamente acumulado numa perspectiva ativa de elaboração do conhecimento, pois vivemos em um mundo que está em constantes mudanças. Nessa perspectiva, a sociedade exige indivíduos preparados para lidar com situações novas, contraditórias, conflituosas levando em consideração as mudanças históricas. Enfim um homem de caráter social, que se constitui pelas suas relações sociais.

Queremos destacar com isso, que a grande diferença da escola em relação aos outros meios sociais está em formar o cidadão através do acesso ao conhecimento, pois a escola é a instituição onde ser humano, conhecimento e a relação cidadão-conhecimento é sistematicamente pensada. Sem desmerecer as contribuições e particularidades ofertadas pelos outros meios sociais.

PRINCÍPIOS NORTEADORES

A organização do trabalho da escola está comprometida com o desenvolvimento da pessoa humana fundada nos seguintes princípios:

- Respeito aos valores morais no convívio ético e solidário;
- Promoção da dignidade e dos direitos humanos;
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Qualidade na construção do conhecimento;
- Respeito às diferenças individuais de um modo geral;
- Gestão democrática e participativa;
- Valorização dos profissionais da educação.

OBJETIVOS GERAIS

- Orientar, organizar e planejar a ação político-pedagógica a partir da gestão participativa, acompanhando as transformações do mundo pós-moderno e comprometido com a construção de um saber que permita ao educando o desvelamento da realidade social, percebendo-se como sujeito histórico, integrado e comprometido não só com a escola, mas também com a comunidade.

- Construir uma escola, que assuma o diálogo, a participação e a solidariedade como princípios básicos de sua proposta de trabalho, que tenha a ousadia de assumir o desafio da transformação.

- Permitir ao educador interpretar a realidade com maior criticidade, propiciando-lhe um maior compromisso com o trabalho efetivo da escola, ampliando a visão de relacionamento professor-aluno, possibilitando um melhor relacionamento interpessoal baseado no diálogo, permitindo discutir questões referentes à reestruturação e organização da educação brasileira.

- Garantir igualdades de condições de acesso e permanência do aluno na escola, assim como a qualidade de ensino obrigatório e gratuito.

- Criar condições para a implantação de uma atitude de autocrítica permanente na escola, de modo que a aprendizagem de novos procedimentos e relações de trabalho seja uma constante.
- Garantir aos alunos o acesso e a permanência numa escola pública de qualidade social, empenhada em criar condições materiais (objetivas e subjetivas), para a compreensão e o discernimento de suas interações, com o mundo, interferindo e interagindo nas relações sociais de produção em benefício do coletivo.
- Estabelecer relações de trabalho entre equipe pedagógica, diretiva, professores e funcionários que facilitem o desenvolvimento humano individual e organizacional.
- Possibilitar o encontro sistemático e constante entre os professores da escola identificando as necessidades e prioridades, a fim de atendê-las;
- Desenvolver ações de recuperação e apoio para um melhor desenvolvimento de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- Estimular e apoiar a criação de desenvolvimentos de projetos que venham contribuir na formação integral do educando;
- Propiciar à comunidade escolar: pais, professores, conselheiros, membros da APMF, funcionários, pedagogos, direção, formação continuada que possa contribuir na prática das atividades escolares.

DIRETRIZES DE AÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Marco Situacional/ Diagnóstico

Atualmente o Colégio conta com Ensino Fundamental (5^a/6^o a 8^a/9^o séries/ano), Ensino Médio por Blocos Semestral (1^a a 3^a séries), Curso Técnico em Química e Técnico em Alimentos, ofertado nas modalidades Integrado (1^a a 4^a séries) e subsequente em Técnico em Química semestral, (1^o a 4^o semestres) e Técnico em Alimentos semestral (1^o a 3^o semestres).

Cabe ressaltar que o retorno do Ensino Profissional nas escolas Públicas, oportunizou a volta do Curso Técnico em Química e a implantação do curso Técnico em Alimentos, atendendo às necessidades de mercado e da comunidade.

As atividades escolares são regidas por um calendário escolar que compreende um total de 200 dias letivos.

Todos os trabalhos são supervisionados e orientados por uma equipe de Gestão Escolar constituída pela Direção, Equipe Pedagógica, Coordenações de Cursos (Ensino Profissional) de forma a realizar um trabalho de educação colaborativo e participativo, buscando manter todos os envolvidos motivados e participantes no processo ensino-aprendizagem.

Os alunos do Colégio são oriundos de vários pontos da cidade e municípios vizinhos em função dos cursos técnicos. A boa parte pertence às camadas populares, que tem pouco acesso a outras instituições recreativas ou culturais além da escola. Atendemos ainda, alunos com necessidades especiais e estamos buscando condições de infra-estrutura para um melhor atendimento a estes alunos (estrutura física, profissionais capacitados). A renda das famílias pertencentes ao colégio varia entre 1 a 5 salários mínimos mensais, alguns vivem da renda obtida pela venda de material reciclado e outros através de programas assistenciais do governo, como Bolsa Família, Programa Leite das Crianças.

A instituição atende um demanda de alunos inseridos no Sistema Sareh – Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, um atendimento educacional direcionado aos alunos que se encontram impossibilitados de freqüentar a

escola, em virtude de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, atendimento este, que lhe permite dar continuidade ao processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar,

O colégio funciona nos três períodos – manhã, tarde e noite. No período da manhã atendemos os alunos do Ensino Médio por Blocos e Ensino Profissional Integrado e também os alunos da Sala de Apoio dos 6º ao 9º anos que participam em contra turno duas vezes por semana. À tarde atendemos alunos de 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, e no período da noite atendemos o Ensino Médio por blocos, os subsequentes de Técnico em Química e de Técnico em Alimentos e o CELEM.

A grande concentração de alunos encontra-se nos 7º e 8º anos, nas quais verificamos que ingressam na escola sem hábitos de estudo, higiene, respeito, tolerância, afetividade, referência familiar. Na maioria das vezes, não contam com o apoio familiar na orientação dos trabalhos escolares, pois os pais em sua grande maioria não concluíram o ensino fundamental. Além disso, raramente comparecem a escola, mesmo quando chamados, pois essa presença os afeta no trabalho, representando um dia a menos de renda, por isso muitos contatos são realizados apenas via telefone, isso quando o número do telefone deixado no colégio permanece o mesmo e não sofreu alteração o que dificulta a operacionalização do Artigo 12 da LDB onde prevê a articulação da escola com as famílias e a comunidade criando processos de integração entre as mesmas.

Devido a situações aqui mencionadas, percebemos que os pais visualizam através da educação um futuro melhor para seus filhos, porém percebemos através das atitudes destes alunos que eles não visualizam esse futuro diferente de seus pais, pois não apresentam interesse pelos estudos, e alguns comparecem apenas para fugir das responsabilidades de ajudar em casa ou mesmo para encontrar os amigos e outros ainda para não perder os incentivos das políticas sócio-governamentais estendidas as suas famílias.

Buscando um maior compromisso por parte dos alunos os professores estão participando de cursos de capacitação continuada, na intenção de aperfeiçoar as dinâmicas de trabalho, através de trocas de experiências, de novos conhecimentos que

os ajudem a trabalhar e motivar seus educandos, além de estarem mais atentos e tentando auxiliá-los nas dificuldades, que por sua vez, não são poucas.

Percebemos que existem diferentes perspectivas dos alunos entre os turnos, devido à faixa etária, interesses individuais e coletivos, alguns ainda não percebem que a escola possibilita a mudança de ponto de vista para uma vida futura, no exercício da cidadania e com qualidade digna de sobrevivência, como supõe a LDB 9394/96 no Artigo 3º que a educação escolar vincula-se ao mundo do trabalho e das políticas sociais.

Pensando nestas diferentes perspectivas entre os turnos será proporcionado encontros mensais com os pais ou responsáveis pelos alunos para discussão de assuntos relevantes quanto à importância da família no acompanhamento da vida escolar de seus filhos, buscando inteirá-los da dinâmica escolar. Proporcionando também aos alunos do Ensino Médio palestras com profissionais de diferentes seguimentos para que possam inteirar-se do mercado de trabalho, viabilizando meios para que o educando reflita sobre a importância de estar buscando conhecimentos que lhe auxiliarão no presente para a melhoria de sua vida futura.

O corpo docente é composto por profissionais do Quadro Próprio do Magistério e por professores admitidos pelo Processo Seletivo Simplificado, os quais no início do ano letivo devem organizar e apresentar o Plano de Trabalho Docente, baseado nas orientações das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, na Proposta Curricular e no Projeto Político Pedagógico da instituição.

A Semana Pedagógica que ocorre no início de cada semestre do ano letivo é um instrumento valioso para a organização da instituição, bem como a avaliação e intervenção pedagógica.

Para que a semana pedagógica ocorra a contento se faz necessário que todos os professores participem dos estudos, das tomadas de decisões para o ano letivo e principalmente se sintam pertencentes ao grupo.

Educação Inclusiva

Conforme a legislação vigente Lei 9394/96 e Lei 12796/13, entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O processo de inclusão contempla não só o atendimento às necessidades educacionais, mas a inserção do aluno junto a sociedade, dando-lhe oportunidade de participação efetiva em seu meio.

Em nosso colégio atualmente atendemos três alunos com professor de apoio permanente em sala de aula, auxiliando na integração do aluno com os colegas de sala, professores, objetivando com isso, a participação efetiva no meio escolar. Contamos ainda, com professores de atendimento domiciliar do SAREH.

Sala de Apoio

Conforme resolução 208/04 – SEDD e Instrução 05/2005 – SUED/DEE, compete a Sala de Apoio atender alunos do 6º ano, com dificuldades de aprendizagem na leitura, na escrita e nos cálculos essenciais, (adição, subtração, multiplicação e divisão)

Os professores de Língua Portuguesa e Matemática no início do ano letivo fazem uma sondagem para verificar a necessidade de encaminhamento de alunos para a sala de apoio. Após encaminham a lista de alunos para a equipe pedagógica que convocará os pais ou responsáveis para uma reunião onde será explicitado sobre a necessidade da participação dos alunos na sala de apoio bem como a importância do acompanhamento da vida escolar para que possam melhorar a aprendizagem, colocando também que as aulas são em contra turno com horários e dias devidamente estabelecidos e que a carga horária é de 4 horas semanais para cada disciplina, ou seja, 4 horas para Língua Portuguesa e 4 horas para matemática, necessitando assim, dois dias para o apoio.

As aulas de apoio serão ministradas por professores formados na área da disciplina e a sala de apoio comportará no máximo um número de quinze alunos. Todas

as atividades ministradas pelos professores de apoio deverão ser registradas no livro de registro de classe, assim como o preenchimento das fichas individuais dos alunos.

Os alunos serão dispensados da Sala de Apoio perante os avanços obtidos no decorrer do atendimento e quando necessário serão convocados novos alunos.

Neste ano foi ampliado para os alunos do 9º ano aulas de apoio de Língua Portuguesa e Matemática no intuito de prepará-los melhor para o ensino devido aos índices de dificuldades, reprovação e abandono dos alunos quando passam para essa modalidade de ensino. O processo de escolha dos alunos que estão participando destas aulas de apoio foi o mesmo feito com os alunos da 6º ano.

Sala de Recursos

A Sala de Recursos tem como objetivo atender às defasagens de aprendizagem apresentadas pelos alunos do Ensino Fundamental, no que se refere aos conteúdos básicos das disciplinas que compõem a Matriz Curricular. Prevê o atendimento aos alunos, no contra turno, trabalhando as dificuldades pertinentes a cada série.

A metodologia aplicada pelo professor está baseada no atendimento individual específico da dificuldade de cada aluno, as atividades diferenciadas e atrativas têm como objetivo fazer com que o educando não falte as aulas e consiga acompanhar os conteúdos ministrados. Cabe ainda conscientizar os pais ou responsáveis sobre a importância dos alunos participarem da sala de recursos, buscando a superação das dificuldades e a melhoria da qualidade da aprendizagem, também fazer um acompanhamento a cerca da assiduidade, sendo esta indispensável para o aproveitamento deste momento de aprendizagem.

É importante que o professor da sala de recursos subsidie o trabalho do professor em sala de aula, a fim de realizar ajustes e modificações no processo de intervenção educativa flexibilizando e adaptando (temporalidade e quantidade) os trabalhos e avaliações em conformidade com a necessidade educacional especial do educando.

CELEM (Centro de Estudos de Língua Estrangeira Moderna)

O ensino das línguas estrangeiras modernas no Paraná é norteado pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que aponta critérios para implantação e funcionamento de cursos básicos de aprimoramento de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) ofertadas pelo CELEM.

O colégio oferece através do CELEM o curso de Espanhol que tem como objetivo assegurar ao aluno um ensino de qualidade, além de possibilitar a matrícula facultativa.

Além de disponibilizar atendimento aos alunos do colégio o curso de Espanhol também é ofertado à comunidade. Atualmente o colégio conta com duas turmas e as aulas são ministradas duas vezes por semana. Uma das características do CELEM é que a carga horária semanal por turma é maior, o que viabiliza ao professor mais tempo de trabalho com o idioma junto aos alunos, melhores condições de estudo, planejamento e de aplicação.

Dados do IDEB

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em 2007 e representa a iniciativa de reunir num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e a média de desempenho nas avaliações. Os resultados das avaliações em larga escala do Inep permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, apresentados no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

O desafio real da escola é o de garantir aos educandos a apropriação dos conteúdos básicos com o cumprimento do calendário escolar e o número de aulas dadas, procurando elevar o nível de conhecimento através de aulas bem preparadas. Outro desafio para a instituição é baixar o índice de reprovação e evasão escolar.

Dados do IDEB do Estado do Paraná, do Município e da escola:

Ideb observado				Metas projetadas				Paraná			
2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,3	4,0	4,1	4,0	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3

Ideb observado				Metas projetadas				Ponta grossa			
2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,7	4,0	4,2	4,0	3,7	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7

Ideb observado				Metas projetadas				Colégio			
2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4,0	3,8	4,0	4,4	4,0	4,2	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9

Quadro demonstrativo de matrícula, aprovação, reprovação e evasão escolar em 2009, 2010, 2011 e 2012:

Em seguida estão representados na tabela os dados dos relatórios finais de 2009 a 2012 que demonstram que a reprovação e a evasão escolar ainda são índices que nos preocupam, pois percebemos que além de metodologias diferenciadas por parte dos professores se faz necessário que os educandos se empenhem mais quanto às atividades propostas tanto em sala, quanto tarefas e trabalhos para casa e que se sintam capazes em aprender (autoestima), que as famílias ajudem a acompanhar o processo de aprendizagem de seus dependentes, bem como se responsabilizar em estar em contato com a escola para colocar as dificuldades, bem como para tomar ciência do que está acontecendo, para juntos, escola e família poderem amenizar o problema da evasão escolar.

O nosso desafio continua sendo a preocupação em estar organizando mecanismos junto ao coletivo escolar para buscar soluções na tentativa de mudar este quadro que tanto nos preocupa.

2009 – Ensino Fundamental					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
6º ano	252	185	40	13	14
7º ano	218	165	36	09	08
8º ano	170	140	19	05	06
9º ano	206	162	26	08	10
E. Médio					
1ª série	367	177	42	42	06
2ª série	323	179	09	29	06
3ª série	179	143	05	25	06
2009 - Ensino Técnico Integrado					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
1ª série	70	58	09	02	01
2ª série	34	26	05	01	02
3ª série	25	24	00	01	00
4ª série	26	26	00	00	00
2009 – Ensino Técnico Subsequente Semestral					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
1º Sem.	78	40	13	25	00
2º Sem.	66	40	06	20	00
3º Sem.	22	17	02	03	00

2010 – Ensino Fundamental										
Turmas	Matriculados		Aprovados		Reprovados		Abandono		Transferidos	
6º ano	238		168		24		13		12	
7º ano	217		189		11		09		09	
8º ano	161		126		27		06		06	
9º ano	167		137		16		06		07	
E. Médio	M	N	M	N	M	N	M	N	M	N
1ª série	224	69	196	25	26	20	02	24	00	00
2ª série	156	57	124	28	28	08	02	18	02	03
3ª série	133	70	111	41	17	08	05	19	02	02
2010 - Ensino Técnico Integrado										
Turmas	Matriculados		Aprovados		Reprovados		Abandono		Transferidos	
1ª série	82		66		11		03		00	
2ª série	56		56		00		00		00	
3ª série	25		24		00		01		00	
4ª série	22		21		00		01		00	
2010 – Ensino Técnico Subsequente Semestral										
Turmas	Matriculados		Aprovados		Reprovados		Abandono		Transferidos	
1º Sem.	185		104		16		34		00	
2º Sem.	142		87		24		31		00	
3º Sem.	50		47		01		02		00	

2011 – Ensino Fundamental					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
6º ano	117	76	22	07	12
7º ano	147	115	12	03	17
8º ano	210	148	32	10	20
9º ano	164	128	17	03	16
E. Médio					
1ª série	286	200	39	34	13
2ª série	232	184	25	17	06
3ª série	210	153	21	21	15
2011 - Ensino Técnico Integrado					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
1ª série	78	55	19	01	03
2ª série	67	50	08	00	09
3ª série	65	56	08	01	08
4ª série	24	00	00	00	00
2011 – Ensino Técnico Subsequente Semestral					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
1º Sem.	118	51	12	55	00
2º Sem.	73	41	09	23	00
3º Sem.	63	34	07	04	00

2012 – Ensino Fundamental					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
6º ano	244	172	37	05	30
7º ano	117	59	41	02	15
8º ano	189	115	57	02	15
9º ano	179	117	39	02	21
E. Médio					
1ª série	243	171	56	06	10
2ª série	190	137	44	04	05
3ª série	186	151	22	06	07
2012 - Ensino Técnico Integrado					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
2ª série	59	48	06	01	04
3ª série	52	47	02	01	02
4ª série	53	48	03	01	01
2012 – Ensino Técnico Subsequente Semestral					
Turmas	Matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandono	Transferidos
1º Sem.	83	42	22	18	00
2º Sem.	21	15	01	05	00
3º Sem.	19	18	00	01	00
4º Sem.	23	20	02	01	00

Marco conceitual

Concepção de infância

A infância, período mais importante na vida de uma pessoa, é vista hoje de uma maneira bem diferente de alguns anos atrás. A indiferença com que se tratava uma criança antigamente, não pode mais ser aceita: ela não é um adulto em miniatura; é um ser completo, com suas próprias características, que precisa viver tal período da vida com plenitude.

Este é o momento que deve ser dedicado a brincadeiras, à exploração do mundo, a descobrir meios que saciem sua curiosidade natural, uma vez que se forma a personalidade, o caráter, adquire-se conhecimentos e valores que nortearão sua vida toda. Sendo assim, a família é a referência para que esta construção seja sadia. Quanto à escola, deve proporcionar condições para que a criança se desenvolva plenamente, nas dimensões física, psicológica, social e afetiva.

Concepção de adolescência

A adolescência é o momento de crescer, de mudar. A mais notável mudança é o acentuado desenvolvimento físico com fortes transformações internas e externas. Ocorrem também mudanças marcantes no campo intelectual e afetivo. É uma fase repleta de questionamentos e instabilidades, que se caracteriza por uma intensa busca de si mesmo e da própria identidade. Tudo o que é padronizado, é questionado e as críticas são normais, pois os adolescentes buscam a liberdade e a autoafirmação. É nesta fase que o grupo de amigos adquire importância e a tendência à imitação acentua-se: o vestir, o falar, o agir e até mesmo os gostos sofrem influência do grupo, porque buscam identificação, aceitação e valorização.

Nesse momento é importante que os pais continuem presentes na vida de seus filhos. No entanto, nos dias atuais, devido à mudança de valores, os pais buscam suprir as necessidades materiais de seus filhos, considerando ser o mais importante. Com isso, trabalham mais, ficam mais tempo ausentes, deixando seus filhos na escola ou

sozinhos, em contato com a televisão, a internet, o vídeo-game, lan houses, dentre outros “entretenimentos”.

Dessa forma, muitas vezes, devido à ausência da família, os adolescentes não vêem a escola como algo importante para seu futuro. Cabe então à escola estar preparada para auxiliar esses adolescentes em todos os aspectos buscando desenvolver as capacidades que serão fundamentais para o seu futuro, tais como: participar, ouvir, negociar, cooperar, ter autodisciplina, ser responsável entre outras, visto que é na escola que eles têm a oportunidade de maior socialização e convívio com os mais variados tipos e níveis de diferenças. É onde tem possibilidade de conviver e identificar adultos como modelos de referência, onde os valores devem ser colocados e vivenciados.

Concepção de homem

O homem é ao mesmo tempo biológico e cultural, educador e educando. É um ser inacabado, inconcluso, em construção. Como inacabado, busca completar-se, num processo ao mesmo tempo infinito e possível (FREIRE, 1999). O homem não é somente um ser físico, mas também social e sendo social relaciona-se e interage com seus pares criando com isso a representação de sua realidade. Sendo assim temos a intenção de desenvolver no aluno a capacidade de compreender a realidade que o cerca possibilitando-os enfrentar essa realidade através da apropriação dos conhecimentos tornando-os assim agentes conscientes, reflexivos e transformadores, contribuindo na busca de uma sociedade onde a equidade seja a meta principal.

O ser humano apresenta ao nascer uma plasticidade muito grande, como exemplo aprende várias línguas, utiliza-se de diferentes recursos e estratégias para se adaptar ao meio e agir sobre ele.

Para trabalharmos com uma proposta que traga claramente uma visão de mundo para ser analisada e transformada pelos alunos recorreremos a Paulo Freire que nos diz que não há homem sem mundo, nem mundo sem homem. Assim, inexistente a reflexão e ação fora da relação homem-mundo. Esta relação conseqüentemente implica na transformação do mundo. O homem é dele um componente, e pode se envolver na

construção de uma sociedade mais justa e fraterna e desenvolver uma preocupação com o outro.

Concepção de sociedade

Entendemos a sociedade como agrupamento de indivíduos entre os quais são estabelecidas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. É na sociedade que ocorrem as manifestações e interações das diferentes culturas, línguas e costumes, onde seus membros obedecem a leis comuns e as concepções filosóficas e ideológicas pensam na equidade social de direitos e deveres.

A sociedade atual é materialista e excludente e a economia de mercado valoriza mais a formação técnica do que a formação ética e moral. Sendo assim a escola tem importante papel que é o de instrumentalizar os educandos para que consigam entender a complexidade da humanidade refletindo sobre os conhecimentos produzidos ao longo da história e que são necessários para que se possa entender a sociedade contemporânea e assim modifica-la.

Assim, a escola poderá privilegiar uma visão de mundo em que o aluno se veja como agente construtor e transformador do meio em que está inserido, buscando uma sociedade realmente democrática.

Essa tarefa, não é fácil, mas torna-se indispensável o estudo da realidade social a qual estamos inseridos não só para compreendê-la, mas, sobretudo, para transformá-la.

Concepção de educação/escola

O Colégio busca trabalhar propondo uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando à transformação da sociedade. O enfoque no conteúdo é dado como produção histórico-social de todos os homens, a escola deve ser vista como o espaço responsável pela apropriação do saber universal.

Assim, a educação estará contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com o meio ao qual estão inseridos, onde experimentem o pleno

exercício da cidadania, participando das transformações sociais necessárias para a melhoria da qualidade de vida.

O desafio do colégio está em desenvolver uma educação do cidadão também voltada para a profissionalização, mas de forma integrada com as demais disciplinas, o que requer uma educação geral que se torne inseparável da educação profissional para formar homens que segundo Gramsci: "[...] possam atuar como dirigentes e não apenas como dirigidos".

Acreditamos que a prática escolar fundamenta-se em ações intencionais sistemáticas, planejadas, capazes de formar cidadãos críticos e conscientes, atuantes com competência e dignidade na sociedade.

Concepção de cultura

A cultura é o resultado de toda a produção humana e segundo Saviani (1992, p.19), "para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura".

O aluno ao iniciar sua vida escolar, traz consigo uma cultura própria, adquirida nos anos iniciais de sua vida, absorvida através de suas vivências pessoais. A escola possui a sua carga cultural, uma linha de pensamento, desenvolvida e aplicada em suas dependências através da filosofia de trabalho estabelecida. Essas culturas são relativamente diferentes e o choque de valores culturais para o aluno é muito grande, pois na escola ele seguirá regras e comportamentos, deixando muitas vezes de lado sua bagagem cultural.

Na prática escolar há necessidade da consciência das diversidades culturais, trabalhando a cultura popular de forma a levá-la a uma cultura erudita, como afirma Saviani, onde opera a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado.

A concepção de cultura que almejamos é a que identifique, conheça e vivencie o multiculturalismo, visando a transformação do ser humano, da sociedade e do mundo, acreditando que não existe uma cultura superior ou inferior a outra, mas sim uma

diversidade cultural que precisa ser aceita, valorizada, respeitada e reconhecida como parte do ser humano.

Concepção de trabalho

É através do trabalho que o homem se diferencia dos outros seres vivos e se realiza material e socialmente. O trabalho no mundo pós-moderno exige a formação e instrumentalização dos indivíduos não só para o trabalho técnico, mas também para uma formação política e sociocultural.

Hoje o trabalho exige um aumento de aptidões, onde os conhecimentos precisam ser ampliados e acelerados buscando-se a resolução de problemas, tomadas de decisões autônomas, capacidades de abstração e comunicação verbal e escrita, onde os sujeitos possam inteirar-se das novas tecnologias, assumindo uma postura empreendedora.

Cabe a escola então trabalhar os conteúdos de forma a instrumentalizar os seus educandos para essa nova postura, ou seja, ter o trabalho como um ponto de partida, para buscar a “*formação omnilateral do homem*” como Gramsci denomina.

Concepção de Tecnologia

O termo tecnologia se refere a tudo aquilo que o ser humano inventou para estender sua capacidade física, sensorial, motora ou mental, facilitando e simplificando o seu trabalho para enriquecer suas relações interpessoais ou simplesmente para lhe dar prazer.

Algumas dessas tecnologias afetaram profundamente a educação como a fala - baseada em conceitos, a escrita alfabética, a imprensa e o conjunto de eletroeletrônicos como o telégrafo, telefone, fotografia, cinema, rádio, televisão, vídeo e computador.

A tecnologia, assim como a ciência, deve ser um instrumento de uso coletivo para o bem comum e não instrumentos de dominação. Professores devem se manter atualizados através da formação em serviço, participando de cursos presenciais e à

distância, grupos de estudos, PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional, pois a tecnologia precisa ser contemplada diariamente na prática pedagógica do professor.

Temos acesso a TV, TV pendrive, rádio, Internet, tablet, projetor de multimídia e através deles podemos fazer com que o discente, através do professor, sinta o desejo de aprender a aprender, utilizando a tecnologia a seu favor, fazendo com que esses recursos se tornem constantes em seu cotidiano, tanto do aluno como professor, sendo mais um material de apoio ao processo ensino-aprendizagem, fazendo com que o aluno seja apaixonado pelo conhecimento e não apenas pela técnica, mas também ao que ela possa acrescentar em sua vida.

Concepção de cidadania

A definição de cidadania parte do pressuposto de que, como afirma SANTANA

Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade de direitos, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem de ser cômico das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

Concordamos com Santana no sentido de que todos devem dar sua parcela de contribuição, com isso a escola tem um papel relevante visto que trabalha com os mais variados conteúdos possibilitando ao educando não só um conhecimento sistematizado e produzido ao longo da história, mas trabalha também com valores, atitudes, crenças, entre outros que potencializam e ultrapassam o senso comum de forma crítica e criativa.

Sabemos que não é somente tarefa da escola a formação do cidadão, pois essa formação necessita de um novo olhar dos envolvidos no processo educacional, onde todos se percebam sujeitos com direitos e deveres e utilizem a escola para o exercício da cidadania, Para tanto se faz necessário o entendimento real de democracia e direitos

humanos nos determinados contexto sociais, culturais, políticos e econômicos.

De acordo com SILVA (2000, p.29):

“... a cidadania, na perspectiva democrática, é a materialização dos direitos legalmente reconhecidos e garantidos pelo Estado, que inclui o exercício da participação política e o acesso aos bens materiais. É, também, a condição de participar de uma comunidade com valores e história comuns, a qual permite aos indivíduos uma identidade coletiva. É, na verdade, o pleno exercício do direito.”

Neste sentido para podermos caminhar rumo à cidadania democrática é necessário garantir o acesso ao conhecimento que ajude e leve os educandos a entender as determinações e complexidade das relações em nossa sociedade preparando-os para uma vida mais dinâmica e participativa. Daí a necessidade da escola interagir com a comunidade, desenvolvendo ações que manifestam o seu valor para a formação do educando, também propondo momentos de reflexão e formação a cerca de temas relevantes aos pais/responsáveis e alunos de a fim de minimizar conflitos e promover a cidadania.

Concepção de Conhecimento

A concepção de conhecimento deve considerar suas dimensões científica, filosófica e artística. O conhecimento, tratado na escola, por meio dos conteúdos das disciplinas tem a considerar tanto os fatores ditos externos, como aqueles determinados pelo regime sócio-político, religião, família, trabalho quanto às características sociais e culturais do público escolar, além dos fatores específicos do sistema como, por exemplo, níveis de ensino.

A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos nas diferentes disciplinas escolares são condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade.

Segundo Gramsci, que vem em defesa de uma educação que priorize o espaço do conhecimento na escola em favor de uma formação, a um só tempo humanística e tecnológica entra em consonância com um princípio implícito nas DCE's quando se

defende um currículo baseado nas dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento.

Concepção de processo ensino - aprendizagem e o papel do professor

Desenvolver-se é um processo de relação entre o ser e o seu meio. Este meio é um meio que podemos chamar de natural e social: ele é constituído pela natureza, pelos objetos, pelas pessoas, pelas ideias, pelos valores e pelo conhecimento.

Uma característica básica do ser humano é que ele se desenvolve em um processo contínuo e permanente, esses períodos se distinguem entre si pelo domínio de estratégias e possibilidades específicas de aprendizagem. Estes períodos são normalmente referidos como fases: infância, adolescência, idade adulta e velhice. Assim o indivíduo se constitui enquanto membro do grupo através da construção da identidade cultural, e simultaneamente constrói sua personalidade.

O desenvolvimento é um processo integrado que abrange todos os aspectos da vida humana (físico, emocional, cognitivo e social) e complexo no qual diversas funções são formadas.

Dessa maneira, a escola contribui para a formação total do indivíduo favorecendo a maturidade, num processo contínuo de ensinagem dialógica, onde o professor não é detentor e nem reproduzidor do conhecimento. Assim, ele atua como mediador facilitador no processo de troca de experiências e conhecimentos que favorecerão a compreensão e atuação consciente de mundo, sociedade, família, entre outras instâncias.

Partindo dessa ótica, o professor respeita as bagagens culturais trazidas pelos alunos e atua de forma a proporcionar conhecimentos científicos que ao longo dos tempos incorporaram-se a sociedade. Ao mesmo tempo, a criticidade do aluno pode e deve mudar a sociedade na sua atuação e mudança constante, já que não é estática e muda com o decorrer do tempo e do desenvolvimento.

Nossos educadores trabalham nesta perspectiva de mediadores entre a cultura elaborada/acumulada e o processo de elaboração/acumulação da cultura do educando. Caberá aos professores trabalhar os valores e levar o conhecimento ao aluno de forma

contextualizada e prazerosa, e ainda, propiciar espaço de experiência e exploração pelos alunos e a relação dos mesmos com a sociedade e a natureza de forma crítica. Proporcionando a construção do conhecimento pelo educando, sempre considerando o que ela já traz consigo de conhecimento.

Concepção de Avaliação

No processo educacional a avaliação é um instrumento utilizado para verificar os avanços obtidos sobre os assuntos propostos. É ela que propicia ao aluno a possibilidade de estabelecer parâmetros quanto ao processo de sua aprendizagem, assim como propicia ao professor estabelecer parâmetros quanto ao seu processo de ensino. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais podemos definir avaliação como “um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica”, tendo como finalidade “um caminho que deve ser percorrido para que se alcance o sucesso almejado.”

O verdadeiro sentido da avaliação, para as escolas públicas do PR, baseadas nas DCEs, é acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas.

A avaliação deve envolver o coletivo da escola (direção, equipe pedagógica, pais, alunos) para que assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos. Sendo assim, a avaliação deverá ser diagnóstica, somativa, processual, qualitativa e formativa.

Concepção de Currículo

Como documento institucional, o currículo é o resultado de amplos debates que envolvem professores, alunos, comunidade, sempre respeitando o ponto de vista teórico-metodológico da proposição apresentada à escola, que foi fruto de ampla discussão realizada pelos professores da rede. Esse PPP busca manter o vínculo com

as teorias críticas da educação, com as metodologias que priorizem as diferentes formas de ensinar, aprender e avaliar.

O currículo então, de acordo, com as DCEs do Estado do PR, seleciona o conteúdo das disciplinas, contemplando os fatores externos e também os determinados pelo regime sócio-político, religião, família, trabalho, bem como, as características da comunidade escolar, fatores específicos dos níveis de ensino e saberes acadêmicos.

O currículo leva em conta a constituição das disciplinas escolares que se estruturam nos mesmos princípios epistemológicos e cognitivos.

As disciplinas escolares são assim indispensáveis no processo de socialização e sistematização dos conhecimentos, porém, para a compreensão da totalidade há a necessidade de se estabelecerem relações interdisciplinares.

Concepção de Letramento

Entendemos o letramento como um ato além do alfabetizar, pois compreende uma postura de ensinar a ler e escrever partindo de um contexto que tenha sentido e faça parte da vida do educando. Para tanto é necessário trabalhar com diversos tipos de materiais escritos priorizando principalmente os de boa qualidade, tais como: jornais que circulam informações, revistas de cunho educativo, livros infanto-juvenis, entre outros.

A alfabetização é tarefa primordial do professor alfabetizador, ou seja, ensinar a decodificar o código escrito além de utilizá-lo com habilidade, porém o letramento compete a todos os educadores, pois designa práticas de leitura e escrita e esta habilidade deve ser contínua, visto que as utilizam em todas as disciplinas.

Um dos grandes desafios da escola é dar continuidade a este letramento, para que o aluno consiga entender o mundo que o cerca visando possibilidades de melhorias individuais e coletivas.

Concepção de Gestão Democrática

Entendemos a gestão democrática na educação formal como assinala FREITAS (2010): [...] *uma prática político-pedagógica e administrativa, onde o gestor, através da articulação entre os diversos segmentos da unidade escolar, modifica as relações de poder, transformando-as em ações colegiadas, transparentes e autônomas*. Para isso utiliza mecanismos legais e institucionais que auxiliem na organização de ações que oportunizem a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões quanto às deliberações necessárias para a melhoria da qualidade de ensino.

Uma gestão para ser democrática, primeiramente deve ser participativa, descentralizada e autônoma, onde cada escola de acordo com suas singularidades experienciem os princípios democráticos através das relações sociais, ou seja, do respeito às diversidades, a pluralidade cultural e os valores éticos. Este é o desafio a ser conquistado por toda comunidade escolar, pois ainda estamos aprendendo a lidar com a democracia que para muitos da escola é algo ainda recente. Reportamo-nos novamente a FREITAS (2010), quando coloca:

Os espaços educacionais precisam criar condições para que todos os segmentos aprendam a se expressar, a se articular em torno de seus interesses individuais e coletivos, a debater com pessoas que pensam diferente, a defender suas ideias, a resolver seus conflitos por meio do diálogo, a fundamentar suas opiniões com razão e sensibilidade, etc. Oferecendo espaços de vivência da democracia, esperamos formar cidadãos e cidadãs democráticos e contribuir para construir e consolidar, na dimensão educacional, esferas públicas de decisão fortalecendo o controle social do Estado, garantindo que a escola seja realmente pública e significativa à vida das pessoas que nela estão.

Neste contexto a gestão democrática se expressa não só pelo acesso à educação, mas também na participação de todos os segmentos buscando promover uma educação democrática voltada para a formação de cidadãos que potencializem uma sociedade mais justa e igualitária.

Marco operacional/Proposição de ações

Pensando na melhoria da qualidade no processo ensino aprendizagem a escola propõem-se:

Forma de Gestão

Assegurar a gestão democrática-participativa na tomada de decisões da escola definidas na proposta pedagógica no cumprimento das ações que foram estabelecidas pelo coletivo.

Estratégias e/ou Ações para articulação com as famílias e a comunidade

São promovidas através de variados meios. O primeiro contato dos pais se dá na matrícula de seu filho onde é assinado um termo de compromisso (em anexo) quanto ao comprometimento em seguir as regras do colégio e acompanhamento da vida escolar de seu filho. No decorrer do ano são realizadas reuniões bimestrais esclarecendo as normas e encaminhamentos pedagógicos, bem como orientações a serem adotadas para maior envolvimento e parceria escola-família.

O resultado de cada bimestre será compartilhado com alunos e pais ou responsáveis, da seguinte maneira:

- Os alunos do ensino fundamental, que obtiverem notas acima da média levarão seu boletim para conhecimento da família;
- Os alunos que obtiverem notas abaixo da média, os boletins serão entregues aos responsáveis que são chamados no estabelecimento de ensino objetivando o incentivo da família na orientação de seu filho na melhoria do rendimento escolar, bem como procedimentos pedagógicos pertinentes a cada caso;

- O Ensino Médio e o Técnico Profissional os boletins são disponibilizados via online. Quando necessário os responsáveis são comunicados e ou chamados por telefone ou bilhete para comparecerem no colégio.
- Contamos ainda com os Projetos dos Professores PDE que envolvem a família através de encontros mensais para tratar de assuntos referentes ao acompanhamento não só da vida escolar como dos temas emergentes da adolescência, tais como: sexualidade, violência e Drogas.

Ações relativas à Avaliação e recuperação de estudos dos alunos

Segundo Luckesi (1994), a avaliação não se destina a julgar definitivamente pessoa, situação ou coisa, ela é uma forma de diagnosticar para o crescimento do educando, objetivando a transformação social e não sua conservação, por isso deve ser um processo constante e efetivo durante todo o processo de ensino-aprendizagem. Ela procura possibilitar ao aluno a ampliação da concepção de mundo para que ele possa entender e questionar a realidade em que está inserido.

Conforme as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que o fim desse processo é a aprendizagem ou a verificação dela e também permite que haja uma reflexão da prática pedagógica docente.

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno. É contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O Sistema de avaliação adotado pela escola está disposto no quadro abaixo:

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO POR BLOCOS, INTEGRADO E SUBSEQUENTE

- Desempenho/atividades diárias – 2,0 (dois vírgula zero) pontos.
- Trabalhos diversificados – 2,0 (dois vírgula zero) pontos.
- Avaliações formais, organizadas de acordo com as particularidades de cada disciplina somando 6,0 (seis vírgula zero) pontos.
- A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero) pontos.

AVALIAÇÃO NAS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ARTE

Por se tratar de disciplinas em que a articulação teoria e prática se dão concomitantemente, as avaliações contemplarão as produções diárias dos alunos.

RECUPERAÇÃO:

- A recuperação de estudos é direito dos alunos e obrigatória, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar disciplinado conforme o sistema de avaliação adotado nesta instituição de ensino.
- A recuperação será oportunizada aos alunos que não obtiverem 60% (sessenta por cento) das avaliações formais e terá valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, prevalecendo a maior nota entre as avaliações formais e a recuperação.
- A recuperação constitui-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.
- O aluno que se recusar a participar da recuperação deverá assinar no Livro de Registro de Classe do professor a sua não participação.

A avaliação dará relevância a atividade crítica, à capacidade de síntese e a elaboração pessoal, sobre a memorização. Deverá ser realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas neste Projeto político Pedagógico.

É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação, visto que o resultado da avaliação deverá proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados e registrados em Livro de Classe.

A promoção do aluno para série ou bloco seguinte, dar-se-á mediante o cumprimento da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo (anual e semestral).

Para aprovação nos cursos técnicos de Química e Alimentos, o aluno deverá cumprir a carga horária prevista na grade curricular apresentando relatório final, segundo modelo disponibilizado pelo colégio por intermédio da coordenação de estágio, onde deverão estar descritas as atividades desenvolvidas durante o estágio, bem como os documentos indispensáveis como termo de compromisso do estágio, avaliação do responsável pelo setor onde transcorreu o estágio e o plano de trabalho. Visto que a aprovação final do curso está diretamente atrelada à execução desta atividade.

O aluno terá o prazo de 48 horas para entrega de atestado ou justificativa quando não realizar as avaliações na data marcada, para que ocorra agendamento posterior da atividade avaliativa, o pai/responsável deverá comparecer pessoalmente à instituição de ensino para solicitar o requerimento.

É assegurado ao aluno o regime de exercício domiciliar, com acompanhamento pedagógico da instituição de ensino, como forma de compensação da ausência às aulas, comprovada através de atestado ou laudo médico, cujo período de afastamento do mesmo ultrapasse a frequência mínima exigida. As faltas serão assentadas no livro de Registro de Classe, porém serão abonadas e não serão consideradas no cômputo geral das faltas.

Hora atividade

A hora atividade é regulamentada pela Lei 103/2004, que trata do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual da Educação Básica,

O professor deverá cumpri-la em sua totalidade no estabelecimento de ensino perfazendo um total de 33% (trinta e três por cento) da carga horária que possui. A hora-atividade é o espaço para estudo, discussão, reflexão e busca de soluções para os problemas encontrados no dia a dia do trabalho docente, como também para possíveis orientações quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido, como organização do trabalho pedagógico, correção de trabalhos e avaliações, planejamento de estratégias metodológicas que garantam a qualidade da atividade docente.

Conselho de classe

O Conselho de Classe “é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, que tem como responsabilidade analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem”.

Ao conselho de classe cabe a função de analisar, propor procedimentos, estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, acompanhar o processo de avaliação, atuar com corresponsabilidade, de forma coletiva, intervindo em tempo hábil e oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos, sendo de responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados.

Fazem parte do Conselho de Classe o diretor e/ou diretor auxiliar, a equipe pedagógica, os docentes e os alunos representantes da turma. Os procedimentos quanto ao Conselho de Classe são:

Pré-Conselho de Classe – com os alunos onde os professores representantes da turma coordenam o trabalho verificando quais as dificuldades encontradas no bimestre e quais as possíveis soluções para a melhoria no bimestre seguinte, deixando claro o que compete aos alunos e o que compete aos professores.

Conselho de Classe – com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica e dos docentes para analisar, discutir e propor soluções para os problemas encontrados.

Pós Conselho de Classe – com a participação da equipe pedagógica, docentes, alunos e pais/responsáveis, como devolutivas dos apontamentos das propostas de intervenção pedagógica.

Laboratório de Química, Física, Biologia e Alimentos

Os professores e alunos usuários do laboratório devem seguir as normas de segurança e regulamento interno.

Os professores devem agendar com no mínimo 48 horas de antecedência solicitando ao Professor Laboratorista os materiais necessários para utilização tanto em laboratório, como em sala de aula.

Especificação das Linhas de Ação para o trabalho pedagógico, administrativo, financeiro e político-educacional. – Garantir a participação do Conselho Escolar como órgão consultivo, deliberativo e fiscal no que tange o trabalho pedagógico, administrativo, financeiro e político-educacional.

O trabalho pedagógico deve articular a concepção de sociedade, educação, mundo e homem às necessidades de apropriação dos conteúdos, na perspectiva metodológica e avaliativa, na construção da autonomia de sujeitos críticos.

Através do plano de trabalho docente, trabalhar pelo seu cumprimento com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, com os princípios norteadores das políticas educacionais da SEED e com a legislação vigente para a educação nacional.

Deverá contribuir para o total desenvolvimento da proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino.

Tornar o conselho escolar mais dinâmico e presente nas ações diárias, para que realmente possa tornar-se e seja respeitado como um órgão consultivo, deliberativo e fiscal.

Assim como há eleição para equipe diretiva também haver eleição para o conselho escolar, com o intuito de tornarem-se conhecidos seus membros e as ações por ele desenvolvidas.

Quanto à função administrativa compete o gerenciamento da parte financeira a qual é distribuída conforme as necessidades prioritárias do estabelecimento de ensino através de recursos oriundos do governo federal e estadual, que oportunizam aos alunos uma melhoria na qualidade política-educacional.

Organização dos conteúdos curriculares de História e Cultura Afro-Brasileira. (Lei 11645/2008, Lei 10.639/2003, Art.26 e Deliberação CEE 04/06), conteúdos de História do Paraná – em cumprimento a Lei Estadual 13.381/01, o ensino da História e cultura dos povos indígenas do Brasil (Lei 11645/2008) – serão contemplados conforme quadro a seguir:

Mês	Série	Disciplina	Tema: África
Março	Todas	Geografia História Sociologia	Localização Clima Hidrografia Astronomia Formação e origem do povo africano
Abril	Todas	Ciências Física Química Ed. Física	Culinária Música Jogos Fauna Flora
Maio	Todas	Português Inglês Matemática	Língua Cultura africana Dialeto História da matemática Influências
Junho	Todas	Filosofia Ens. Religioso Arte Biologia	Diversidade religiosa Arte africana

Mês	Série	Disciplina	Tema: Indígenas brasileiros
Agosto	Todas	História Geografia Sociologia Arte Filosofia Biologia Ens. Religioso	Diversidade e formação do povo indígena brasileiro
Setembro	Todas	Física Ciências Português Inglês Matemática Química	Cultura indígena e sua influência na formação do povo brasileiro; culinária, crenças, religiosidades

Mês	Série	Disciplina	Tema: Paraná
Outubro	Todas	Todas	Manifestações populares no Paraná (a congada, o fandango, cantos, lendas, rituais e festividades religiosidades)

Definição de como a escola contemplará a Educação Ambiental (componente obrigatório da educação formal e não formal) nos termos da Lei 9795/1999.

Os professores deverão contemplar em seus planejamentos temas relacionados ao meio ambiente: ecologia, preservação da natureza, reciclagem, desenvolvimento sustentável, consumo racional da água, poluição ambiental, efeito estufa, aquecimento global, ecossistemas, etc.

Entende-se educação ambiental como um tema inter e transdisciplinar, assim será desenvolvido nas disciplinas de forma integrada e articulada, desenvolvendo valores, atitudes e habilidades que proporcionem atuação individual e coletiva voltada à preservação e identificação de problemas ambientais visando a conservação e recuperação e melhoria do meio ambiente. Em nossa escola, isto será feito pela difusão de conhecimentos na sala de aula, tecnologias e informações sobre a questão ambiental e a montagem de um banco de dados e imagens, para as ações realizadas e através de projetos.

Definição de como a escola contemplará a Música nos termos da Lei nº 645/08.

A música é uma das formas de expressão das sociedades e segundo os historiadores ela sempre esteve presente em nosso meio, desde as sociedades primitivas até as atuais. Sendo assim percebemos que a música não está desconectada do contexto educacional e que a vivência musical possibilita aos educandos outra forma de conhecer e refletir o mundo que o cerca, através das letras, das melodias e das mais variadas sonoridades.

Outro aspecto relevante quanto à importância da música no processo educacional é que através dela os jovens se comunicam, seja por gostar do mesmo gênero musical, por tocar algum instrumento reforçando assim a sensação de pertencerem ao grupo.

Na escola a música é contemplada principalmente no conteúdo de arte que busca trabalhar e ensaiar os alunos para participação em apresentações variadas. Outra forma de contemplação da música é através dos livros didáticos nas diferentes disciplinas, onde os professores procuram trabalhar não só a letra e interpretação, mas também a sonorização.

Através do Projeto PIBID os alunos tem a oportunidade de participarem de aulas de música, voltados aos conteúdos de biologia, onde uma vez por semana um acadêmico da Universidade fica no colégio para ensinar os alunos que por ventura tenham interesse.

Definição de como a escola contemplará a Prevenção ao uso indevido de Drogas, a Sexualidade Humana, o Enfrentamento à Violência contra a criança e o adolescente e o Direito da Criança e Adolescente nos termos da Lei Federal nº 11.525/07.

Devido à importância desses temas nos dias atuais verificamos que alguns conteúdos são contemplados nos livros didáticos, dando oportunidade de serem trabalhados pelos professores na maioria das turmas. Contamos também com parcerias, onde funcionários das áreas específicas e de outras instituições com representação significativa no contexto social, ministram palestras, debates e seminários.

Para os alunos do Ensino Médio esses temas são abordados, além das parcerias citadas, também através do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Definição de como a escola contemplará a Educação Fiscal e Tributária.

O tema Educação Tributária deve ser discutido no espaço escolar para que possamos conscientizar cada vez mais as pessoas sobre a importância do

reconhecimento da função do Estado em arrecadar tributos e do dever dos cidadãos contribuintes em pagar estes tributos, oportunizando dessa maneira a utilização destes benefícios para a própria sociedade. Dessa maneira, acredita-se em um processo de inserção de valores na sociedade, na formação de futuros cidadãos consciente do seu dever de cumprimento das obrigações tributárias, e do seu direito ao exercício da cidadania mediante a cobrança da destinação dos recursos provenientes dos tributos arrecadados pelo Estado.

Acredita-se que a Educação Fiscal e Tributária é um mecanismo onde os cidadãos tomam conhecimento da função socioeconômica do tributo, bem como, da exata noção de como é aplicado em prol do bem comum.

Assim, educar os alunos de todos os níveis de ensino, em assuntos de natureza fiscal, talvez seja o início para despertar o espírito de cidadania, pois na maioria das vezes a população não tem noção alguma sobre o funcionamento do Estado e nem tem consciência do quanto é importante seu papel de contribuinte. Não sabe o que são tributos, qual a sua finalidade, como eles são instituídos, como eles são cobrados, e por fim como e onde são aplicados.

É necessária a formação permanente envolvendo toda a comunidade escolar, através de campanhas educativas sobre o assunto, palestras com profissionais para esclarecimento sobre a importância do conhecimento social do tributo, assim como a destinação destes em cada setor de nossa sociedade.

Este assunto será trabalhado na hora atividade dos professores, para que os mesmos ampliem seus conhecimentos sobre a Educação Fiscal e Tributária e sua legalidade para que possam estar contemplando estes conteúdos em seus Projetos de Trabalhos Docentes (PTD).

Definição de como a escola contemplará a Brigada Escolar

Com o objetivo de promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar para ações preventivas e de enfrentamento de situações emergenciais no interior da instituição escolar e para garantir a segurança dessa população, foi constituída através do Decreto 4837/2012 a Brigada Escolar,

composta pela direção, equipe pedagógica, equipe docente e funcionários da instituição escolar.

Sob orientação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiro da Polícia Militar, a Brigada Escolar recebeu treinamento para: levantamento das necessidades de adequação do espaço físico escolar, atendendo as recomendações legais consubstanciadas nas vistorias do Corpo de Bombeiros e elaboração e execução do Plano de Abandono.

Cabe a Brigada Escolar, reunir-se bimestralmente para verificar se há identificação de riscos na edificação e nas condutas rotineiras da comunidade escolar, apontando as mudanças necessárias, tanto na edificação escolar, como na conduta da comunidade escolar, visando o aprimoramento do Plano de Abandono que será realizado a cada semestre, garantindo a retirada de forma segura, de alunos, professores e funcionários das edificações escolares, por meio da execução de exercícios simulados, os quais serão realizados conforme as datas previstas em cada semestre no calendário escolar.

Os integrantes da Brigada Escolar devem estar atentos ao ambiente escolar e a rotina da escola, em busca de situações inseguras, as quais serão comunicadas ao Diretor da instituição de ensino para que sejam tomadas as devidas providências e registradas no Livro Ata específico do Programa.

Para que os integrantes da Brigada escolar possam realizar as suas tarefas com mais eficácia e observar em caso de sinistro e/ou simulações o organograma elaborado pela instituição de ensino é importante que participem das formações presenciais e também à Distância (EAD).

Especificação de Ações voltadas para a qualificação dos equipamentos pedagógicos.

Elaborar um manual de procedimentos operacionais com os equipamentos pedagógicos, mantendo uma cópia impressa na Biblioteca e uma virtual no site do colégio, sempre atualizada.

Os procedimentos operacionais do laboratório devem ser feitos e atualizados pelo laboratorista e pelos professores laboratoristas.

O ADM LOCAL com colaboração dos outros profissionais da educação é o responsável em fazer e atualizar procedimentos operacionais para o laboratório Paraná Digital, Proinfo, uso da TV Pendrive e Multimídia.

Os procedimentos operacionais para preenchimento dos livros registros de classe devem ser feito e atualizado pelas pedagogas do colégio.

Fica a cargo dos professores readaptados e pedagogas a integração dos profissionais da educação no estabelecimento de ensino.

Especificação das Ações que envolvem outras instituições.

Para integração dos alunos oriundos do 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas Municipais a instituição conta com o “Projeto Borell Aberto”, onde os alunos são convidados a conhecer o colégio facilitando a integração dos mesmos no ano letivo seguinte.

Pensando na projeção de escolha para o Ensino Médio, é realizado junto aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, um momento de apresentação dos Cursos Técnicos disponíveis nesta instituição de ensino e nos demais estabelecimentos da Rede Estadual, a fim de que esta ação auxilie o aluno na sua escolha profissional.

A parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa proporciona através dos projetos PIBID e Universidade Aberta que os alunos no Ensino Médio e Técnico vivenciem o cotidiano de alguns cursos de graduação, bem como a sua aplicação na prática.

O Pronatec SENAI oferece cursos técnicos concomitantes e de qualificação profissional, aos alunos com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos.

O empreendedorismo é desenvolvido através da parceria com SENAC em cursos de qualificação com período curto de duração, no SESC com o Programa Futuro Integral, para os alunos do Ensino Médio.

A instituição possui convênio com empresas de grande e pequeno porte da cidade, para estágio curricular e visitas técnicas.

Os alunos das últimas séries do Ensino Médio e Técnico realizam testes vocacionais aplicados por instituições de ensino superior e recebem a devolutiva com orientações a cerca da escolha profissional.

Diretrizes para Avaliação Institucional da Escola e para avaliação geral de desempenho dos docentes, direção e pedagogos e funcionários.

A avaliação do corpo docente, funcionários, direção, pedagogos acontece permanentemente, através da observação de questões como: pontualidade, assiduidade, participação e produtividade, baseando-se nos critérios apresentados no formulário de Avaliação do Desempenho Profissional dos Funcionários da educação Básica da rede pública estadual do Paraná. O registro dessa avaliação interna acontece sistematicamente através de um documento sob a responsabilidade da direção da escola.

A avaliação da escola quanto à qualidade de ensino será baseada nos índices obtidos pela instituição em avaliações externas, tais como:

- Desempenho dos alunos na Prova Brasil;
- Desempenho dos alunos no SAEP;
- Desempenho dos alunos no ENEM;
- Olimpíada de Matemática;
- Olimpíada da Língua Portuguesa;
- Olimpíada de Astronomia;
- Olimpíada de Física;
- Olimpíada de Química;

- PSS (Processo Seletivo Seriado – UEPG);

Tais avaliações “têm por objetivo contribuir para dimensionar os problemas da educação básica brasileira e orientar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas educacionais que conduzam à formação de uma escola de qualidade.” (MEC, SEB, INEP, 2008).

Regimento Escolar e Regulamento Interno do Colégio

Como forma de organização do ambiente escolar contamos com o Regimento Escolar e com o Regulamento Interno (Anexo) que orienta e informa quanto às linhas de funcionamento e ações dos trabalhos técnicos, administrativos e pedagógicos para que os pais ou responsáveis, os educandos, os professores, os funcionários e demais seguimentos da comunidade escolar se interem das normas regimentais e internas do colégio.

PROJETOS ANUAIS

Talentos Borell

- Garoto e garota Borell.
- Produções artísticas (dança, música, artes plásticas, teatro).
- Exposição e apresentação dos trabalhos no mês em que se realiza o evento (outubro).
- Declamação de poesia.

Aplicação de projetos desenvolvidos por professores do PDE

A demanda de professores participantes do Programa PDE, tem sido significativa na instituição escolar, com temas relevantes à prática pedagógica.

SEMATEQA (Semana do Técnico em Química e Alimentos)

Semana do Técnico em Alimentos, Técnico em Química. Acontece dentro do calendário escolar, no segundo semestre do ano letivo, um evento com característica científica, organizado por inscrições não classificatória ou eliminatória, de acordo com tema e tempo designado para apresentação, buscando proporcionar um espaço de socialização do conhecimento entre os cursos.

Tais trabalhos poderão ser apresentados em forma de painel, maquetes, apresentação oral, apresentação prática, a serem avaliados pelo corpo docente do curso e pelos alunos participantes conforme critérios previamente estabelecidos (anexo ficha de avaliação)

Hora do Treinamento

É um projeto de atividades complementares em contra turno, que tem como objetivo trabalhar com alunos de diversas séries em contra turno dando oportunidade de treinamentos nas diversas modalidades esportivas.

Feira de Ciências

Participam da Feira, os alunos do Ensino Médio e dos Cursos Técnicos. A organização da mesma se dá a partir da escolha do tema gerador, sob orientação dos professores responsáveis pela turma.

- **Semana de Integração Escola Comunidade;**
- **Conte até 10;**
- **Equipe Multidisciplinar;**

PROJETOS PARCERIAS

- Instituto Mundo Novo;
- Junior Achievement (Mini empresa);
- PIBID - UEPG;
- Pronatec Senai;
- Jovem Aprendiz,
- Patrulha Escolar;
- Autarquia Municipal de Trânsito;

**RELAÇÃO DOS ATOS LEGAIS DOS CURSOS OFERECIDOS PELO
ESTABELECIMENTO**

Ensino Fundamental – 4000

Autorização de Funcionamento	RES. Nº. 2987 de 08/14/1981
Reconhecimento do Curso	RES. Nº. 4877 de 25/06/1984
Renovação do Reconhecimento	RES. Nº. 2782 de 13/06/2007 a 13/06/2012 e Parecer Nº. 1565/07-CEF

Ensino Médio – 0009

Autorização de Funcionamento	RES. Nº. 2423 de 04/05/1984
Prorrogação de Funcionamento	RES. Nº. 4558 de 27/09/1985
Reconhecimento do Curso	RES. Nº. 2019 de 30/04/1986
Renovação de Reconhecimento	RES. Nº. 2661 de 31/05/2007 a 31/05/2012 e Parecer Nº. 1471/07-CEF

Ensino Médio Blocos – 0010

Renovação de Reconhecimento	RES. Nº. 2661 de 31/05/2007 a 31/05/2012 e Parecer Nº. 1471/07-CEF
-----------------------------	--

Técnico em Química Industrial Integrado - 0766

Autorização de Funcionamento	RES. Nº. 166 de 31/12/2006.
Reconhecimento do Curso	RES. Nº. 231 de 22/01/2003.

Técnico em Química Industrial Subsequente - 0822

Autorização de Funcionamento	RES. Nº. 407 de 31/12/2006.
Reconhecimento do Curso	RES. Nº. 231 de 22/01/2008 a 22/01/2013.

Técnico em Alimentos Integrado - 0946

Processo em tramitação	Protocolo Nº. 10.404.791-2
------------------------	----------------------------

Técnico em Alimentos Subsequente - 0952

Autorização de Funcionamento	RES. Nº. 3163/09 de 22/09/2009
------------------------------	--------------------------------

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. nº9.394/96 promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/LEIS/9394.html>> Acesso em 28 jul. 2011

SUED/SEED - **Instrução Normativa nº028/2010** – 23 de novembro de 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Ione Campos. **Democracia na Escola – Gestão Participativa**. Disponível em <http://democracianaescola.blogspot.com/2010/09/gestao-participativa.html>. Acesso em 16 set. 2011.

MARIN, Alda Junqueira. **Formação de professores: novas identidades, consciência e subjetividade**. In: In: TIBALLI, Elianda F. Arantes, CHAVES, Sandramara Matias (orgs.) *Concepções e práticas de formação de professores – diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p 57-73 (trabalhos apresentados no XI ENDIPE – Goiana. Goiás, 2002).

SEED, PDE, Elaine Senhorine Arneiro Picoli. **Projeto Político Pedagógico: uma construção “coletiva”?** Disponível em www.diadiaeducacao.gov.br. Acesso em 28 jul. 2011.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Escola Pública e a Formação da Cidadania: possibilidades e limites**. Disponível em www.diadiaeducacao.gov.br. Acesso em 16 set. 2011.

ANEXOS



COLÉGIO ESTADUAL
PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY
 ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

REGULAMENTO INTERNO - DISCENTE

1 – O Horário de aulas estabelecido neste colégio é:

Matutino: 7h 30min às 11h 50min

Vespertino: 13h 10 min às 17h 30min

Noturno: 18h 20min às 22h 40min

Fica definido como local de entrada e saída dos alunos o acesso principal do colégio, sendo indispensável à apresentação da carteirinha de identificação do aluno. Respeitar e fazer respeitar o horário estabelecido pela instituição para o bom andamento das atividades escolar.

2 – Aos pais, acompanhar o desenvolvimento escolar do aluno o qual é responsável, participando da vida escolar, através das reuniões bimestrais ou quando for convocado. Havendo necessidade os pais poderão comparecer ao colégio preferencialmente no horário em que seu filho encontra-se matriculado. Manter atualizado os dados cadastrais da matrícula (telefone e endereço).

3 – O aluno que chegar atrasado aos primeiros 10 minutos deverá ser encaminhado a Equipe Pedagógica para retirar autorização de entrada, mediante registro em ata. Quando o atraso ultrapassar este período o aluno deverá aguardar na portaria para entrar na segunda aula, mediante registro e assinatura em ata. Após três registros de atrasos os pais/responsáveis serão comunicados pela Equipe Pedagógica, via telefone desde que o mesmo mantenha seu cadastro atualizado.

4 – O aluno deverá estar uniformizado todos os dias de aula, caso o mesmo não possua nenhum item que componha o uniforme escolar, o mesmo deverá solicitar junto a Equipe Pedagógica, autorização para entrada sem uniforme durante o período em que estiver providenciando o mesmo.

5 – Não é permitido ao aluno ausentar-se da sala de aula sem autorização prévia do professor, o mesmo só sairá da sala portando a carteirinha de autorização do professor.

6 – Não será permitido ao aluno sair do colégio para realizar qualquer atividade externa sem prévia autorização dos seus responsáveis.

7 – A saída antecipada só será autorizada mediante a presença do responsável pelo aluno.

8 – Não é permitido ao aluno trazer pessoas estranhas na instituição escolar.

9 – A presença dos alunos é registrada diariamente no Livro Registro de Classe pelo professor, o qual comunicará a Equipe Pedagógica o caso de faltas contínuas, para os encaminhamentos necessários.

10 – É responsabilidade do aluno, trazer os materiais pedagógicos necessários para cada disciplina, bem como o cuidado e o zelo com os livros didáticos fornecidos gratuitamente que deverão ser devolvidos em bom estado de conservação no final do ano letivo.

11 - Não faz parte do material didático/pedagógico: boné, aparelhos de celulares, fone de ouvido, ipad, iphone, tablets, notebook, ou qualquer outro material alheio as atividades escolares, de forma que o colégio não se responsabiliza por perdas ou danos sofridos nestes equipamentos. Caso o aluno insista em utilizar-se destes equipamentos durante as aulas, o professor irá encaminhá-lo juntamente com o



COLÉGIO ESTADUAL
PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY
 ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

equipamento à Equipe Pedagógica onde o mesmo ficará aguardando sua retirada da seguinte forma registrado em formulário próprio: PRIMEIRA VEZ – equipamento devolvido ao aluno ao término da última aula, SEGUNDA VEZ - equipamento devolvido ao pai/responsável mediante comunicado e registro, TERCEIRA VEZ – o equipamento só será devolvido ao final do semestre do ano letivo.

12 – O ambiente escolar é local de aprendizagem, de modo que não será permitido namoro nas dependências da instituição escolar.

13 – São consideradas justificativas de faltas, declarações e atestados médicos. O atestado ou declaração deverá ser apresentado à Equipe Pedagógica no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após a emissão do mesmo.

14 - Caso o aluno tenha faltado sem justificativa por atestado ou declarações, o pai/responsável deverá solicitar pessoalmente o requerimento junto a Equipe Pedagógica, para realizar atividade avaliativa, prova ou teste cabe ao aluno apresentar o requerimento ao professor responsável pela disciplina.

15 – Aos alunos em atendimento domiciliar pelo Sistema SAREH, serão encaminhadas através dos pais/responsáveis ou Instituição, atividades domiciliares mediante protocolo de atendimento durante o período em que estiver inserido no sistema.

16 – O cumprimento do Calendário Escolar, com 200 (duzentos) dias letivos, 800 (oitocentas) horas aula é de responsabilidade da instituição escolar, caberá à Equipe Pedagógica e ao professor realizar a reposição de conteúdos, carga horária e dias letivos aos alunos quando se fizer necessário.

17 – A carga horária mínima para aprovação do aluno é de 75% (setenta e cinco por cento) de aulas dadas e média 6,0 (seis vírgula zero). De acordo com o Regimento Interno a recuperação de estudos é direito dos alunos, obrigatória aos alunos que apresentarem baixo rendimento escolar, conforme o sistema de avaliação adotado pela instituição de ensino. Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe (conforme o sistema de avaliação adotado pela instituição de ensino). O aluno que se recusar a participar da recuperação deverá assinar no Livro de Registro de Classe do professor a sua não participação.

18 - Aos alunos participantes de competições e jogos escolares, terão que demonstrar interesse nas atividades escolares, presença nas aulas e notas, para que não haja prejuízo ao rendimento escolar. Não será permitida ausência das aulas para tratar de assuntos pertinentes aos treinos e jogos, estando ciente de que se ocorrer esta falta não será justificada, todos os assuntos deverão ser tratados em horário contrário.

19 – A contribuição com a APMF é voluntária, é vedada a cobrança.

20 – É vedado a funcionários, professores e alunos a venda de qualquer espécie ou objeto, dentro do espaço escolar.

21 – Não será permitido o uso de boné, gorro, touca, capuz no interior da instituição de ensino.



COLÉGIO ESTADUAL
PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

22 – Nas atividades extraclases (Educação Física, Biblioteca e Laboratórios) os alunos deverão ser acompanhados pelo professor responsável da disciplina durante todo o período que estiverem sob sua responsabilidade. Não é permitido que os alunos transitem pelo colégio sem o acompanhamento do professor responsável.

23 – Manter a organização e o respeito durante o Momento Cívico e Oração.

24 – O aluno poderá utilizar a Biblioteca para pesquisa no seu horário contrário de atividade escolar, mediante apresentação de carteirinha de identificação e preenchimento do cadastro.

25 – Os trabalhos em equipe, quando houver, deverão ser realizados prioritariamente durante as aulas sob orientação do professor.

26 – Não é permitido o uso do Laboratório de Informática sem a presença do professor responsável.

27 – Não será tolerada qualquer ação discriminatória em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia e condição sociocultural.

28 – Os alunos não estão autorizados a divulgar ou reproduzir qualquer material audiovisual que se refere ao contexto escolar, em meios de comunicação sem a devida autorização da direção e da produção autoral. Cabendo ao infrator ou seu responsável, responder legalmente pelos seus atos.

29 – Ao aluno que descumprir com o exposto será advertido verbalmente com registro no Livro de Registro de Classe; Registro no Livro de Ocorrências com assinatura do aluno; Registro no Livro de Ocorrência com ciência dos pais/responsáveis; Encaminhamentos Pedagógicos pertinentes à mudança de comportamento. Esgotadas as possibilidades pedagógicas no âmbito escolar o aluno será encaminhado à instâncias cabíveis.

30 – Desacatar funcionário público em exercício da função ou em razão dela: pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa.



COLÉGIO ESTADUAL
PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY
 ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

REGULAMENTO INTERNO – DOCENTES

1 – O Horário de aulas estabelecido neste colégio é:

Matutino: 7h 30min às 11h 50min

Vespertino: 13h 10 min às 17h 30min

Noturno: 18h 20min às 22h 40min

O professor deverá cumprir seu horário na íntegra, atrasos e faltas devem ser avisados previamente à Equipe Pedagógica para reorganização das atividades pedagógicas e do horário. É obrigatório o cumprimento da carga horária referente a hora atividade nas dependências do colégio.

2 – O prazo para entrega de Atestados Médicos e Declarações é de 24 horas, após a falta, segundo Ofício Circular nº014/2012, o descumprimento de tal circular acarretará em falta do servidor. Por tanto, serão justificados os seguintes casos: faltas através de atestados ou declarações médicas e de ausências para participação em curso de capacitação de acordo com a sua área, em outras instituições de ensino de acordo com a convocação do responsável pelo evento ou instituição. Quando não apresentar nenhum dos documentos citados acima o professor terá falta não justificada e deverá apresentar e executar Plano de Reposição de Aula, durante o mês vigente, não causando ônus ao aluno.

3 – O Plano de Trabalho Docente deverá ser entregue à Equipe Pedagógica no prazo estipulado.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO POR BLOCOS, INTEGRADO E SUBSEQUENTE

- Desempenho/atividades diárias – 2,0
- Trabalhos diversificados – 2,0
- Testes – 3,0
- Prova Bimestral – 3,0
- A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

RECUPERAÇÃO:

- A recuperação de estudos é direito dos alunos e obrigatória, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar disciplinado conforme o sistema de avaliação adotado nesta instituição de ensino.
- A recuperação será oportunizada aos alunos que não obtiverem 60% (sessenta por cento) das avaliações formais e terá valor 6,0 (seis vírgula zero) pontos, prevalecendo a maior nota entre as avaliações formais e a recuperação.
- A recuperação constitui-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.
- O aluno que se recusar a participar da recuperação deverá assinar no Livro de Registro de Classe do professor a sua não participação.



COLÉGIO ESTADUAL
PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

4 – Apresentar Plano de Reposição de aulas e agendamento com a equipe pedagógica, comunicando o responsável pela folha ponto na secretaria para as referidas observações.

5 – Solicitar previamente ao setor competente o material necessário a sua atividade, dentro das possibilidades do colégio. Quando necessitar de empréstimo de material ou equipamento, realizá-lo pessoalmente junto ao setor responsável.

6 – Manter atualizado o Registro de Classe conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis na instituição de ensino.

7 – Elaborar exercícios domiciliares aos alunos impossibilitados de frequentar a escola mediante atestado ou laudo médico e adaptar as atividades pedagógicas, principalmente as avaliativas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

8 – Os alunos que participam da sala de recursos, deverão ter suas avaliações e trabalhos adaptados e flexibilizados (temporalidade e quantidade) de acordo com a sua necessidade educacional especial de aprendizagem, recorrendo aos professores responsáveis caso haja necessidade, mantendo assim, contato com os professores dos serviços e apoios especializados para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando articulação do trabalho entre Educação Especial e Ensino Regular.

6 – Comparecer à convocações ordinárias e extraordinárias realizadas pela direção.

7 – Promover intervenções decorrentes das decisões em Conselho de Classe.

8 – Não utilizar celular, ou qualquer equipamento eletrônico de uso pessoal dentro da sala de aula.

9 – É vedado ao aluno: usar boné em sala de aula e utilizar-se de equipamentos eletrônicos (celular, fone de ouvido, ipad, iphone, tablete, notebook, etc.) Ao aluno que tiver utilizando destes itens, o professor deverá encaminhá-lo junto com o objeto à equipe pedagógica para proceder com o seguinte atendimento: registro da ocorrência em formulário próprio, PRIMEIRA VEZ – o objeto ficará guardado e o aluno retira ao final da última aula, SEGUNDA VEZ – o objeto só poderá ser retirado pelos pais ou responsáveis, TERCEIRA VEZ - o objeto só poderá ser retirado pelo responsável ao final do semestre.

10 – Comunicar a equipe pedagógica as faltas consecutivas dos alunos, para as devida providências. É assegurado o abono de faltas ao aluno desde de que o mesmo apresente atestado médico ou declaração, o prazo para entrega e justificativa é de 48 (quarenta e oito horas) após a emissão do mesmo.

11 – O professor poderá deferir ou não o requerimento de prova/avaliação mediante solicitação feita pessoalmente pelo responsável nos casos em que a falta não é justificada por atestado médico ou declaração.

Ficha de avaliação dos trabalhos daSEMATEQA		
Título do trabalho:		
Série:		
Itens a serem avaliados		00 a 05
1	Aprofundamento teórico	
2	Qualidade técnica (material utilizado, aparência, cores, imagens, tamanho da fonte, etc)	
3	Coesão e coerência na exposição das ideias	
4	Organização da equipe	
	TOTAL	
PROFESSOR(A) AVALIADOR(A) (NOME E ASSINATURA):		
Ficha de avaliação do Evento – SEMATEQA		
Você estará avaliando o Evento de forma geral de acordo com itens abaixo:		
	VALOR	00 a 10
1	Organização do evento	
2	Equipe da organização	
3	Apresentação dos trabalhos	
4	Tempo de exposição dos trabalhos	
5	Palestras	
	TOTAL	
DEIXE AQUI SUGESTÕES PARA OS PRÓXIMOS EVENTOS:		